

Biosev Bioenergia S.A.

*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Março de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Biosev Bioenergia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Biosev Bioenergia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Biosev Bioenergia S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo IASB.

São Paulo, 1º de junho de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


João Eugenio Leitão Filho
Contador
CRC nº 1 SP 130990/O-4

Biosev Bioenergia S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15			31.03.16	31.03.15		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	824.271	845.184	853.364	871.527	Empréstimos e financiamentos	14	612.220	609.473	612.220	609.473
Aplicações financeiras	4	74.306	68.122	74.306	68.122	Adiantamentos de clientes no País		13.245	9.654	13.245	9.654
Contas a receber	5	160.014	177.058	160.302	177.353	Adiantamentos de clientes no exterior	18	369.516	121.328	369.516	121.328
Estoques	6	296.478	208.243	296.478	208.243	Fornecedores	15	382.120	358.887	382.339	364.197
Impostos a recuperar	7	45.004	54.939	45.272	55.045	Provisões e encargos sobre a folha de pagamento		53.241	41.707	53.242	41.708
Outros créditos		37.026	206.898	37.034	206.920	Impostos e contribuições a recolher	16	27.851	36.170	29.659	38.061
		1.437.099	1.560.444	1.466.756	1.587.210	Instrumentos financeiros derivativos	25	21.693	26.347	21.693	26.347
Ativos mantidos para venda		3.452	2.724	3.452	2.724	Outras obrigações		69.834	113.474	78.370	121.791
Total do ativo circulante		1.440.551	1.563.168	1.470.208	1.589.934	Total do passivo circulante		1.549.720	1.317.040	1.560.284	1.332.559
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	14	2.776.338	2.820.779	2.776.338	2.820.779
Aplicações financeiras	4	9	-	9	-	Adiantamentos de clientes no exterior	18	1.692.148	641.600	1.692.148	641.600
Adiantamentos a fornecedores		12.515	15.106	12.517	15.106	Fornecedores	15	592	-	592	-
Depósitos judiciais	8	111.017	95.343	111.625	95.343	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	-	44.719	66.679
Impostos a recuperar	7	112.811	79.653	112.811	79.653	Instrumentos financeiros derivativos	25	47.668	48.730	47.668	48.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	446.258	554.542	448.237	559.158	Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	17	231.738	327.761	232.100	363.327
Outros créditos		521.197	14.611	536.929	35.262	Outras obrigações		40.345	158.419	50.886	186.405
Ativo biológico	12	997.976	601.638	997.976	601.638	Provisão para perda em investimentos	10	101	101	-	-
Investimentos	10	1.102.108	1.037.858	207.153	212.526	Total do passivo não circulante		4.788.930	3.997.390	4.844.451	4.127.520
Ativo imobilizado	11	644.827	619.922	645.068	620.289	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	11.892	12.604	941.293	942.005	Capital social	19	843.603	843.603	843.603	843.603
Total do ativo não circulante		3.960.610	3.031.277	4.013.618	3.160.980	Reserva de capital	19	620.596	620.596	620.596	620.596
						Reserva de reavaliação		589	1.502	589	1.502
						Prejuízos acumulados		(1.672.498)	(1.483.675)	(1.672.498)	(1.483.675)
						Outros resultados abrangentes		(729.779)	(702.011)	(729.779)	(702.011)
						Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores		(937.489)	(719.985)	(937.489)	(719.985)
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	16.580	10.820
						Total do patrimônio líquido		(937.489)	(719.985)	(920.909)	(709.165)
TOTAL DO ATIVO		5.401.161	4.594.445	5.483.826	4.750.914	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.401.161	4.594.445	5.483.826	4.750.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biosev Bioenergia S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
RECEITA LÍQUIDA	20	2.669.154	2.216.918	2.669.154	2.216.918
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20 e 21	(2.116.601)	(1.893.481)	(2.116.601)	(1.893.481)
LUCRO BRUTO		552.553	323.437	552.553	323.437
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais, administrativas e de vendas	21	(250.537)	(220.812)	(252.617)	(224.175)
Resultado de equivalência patrimonial	10	53.098	24.374	6.095	(11.001)
Outras receitas operacionais	23	132.192	281.397	167.176	315.608
Outras despesas operacionais	23	(79.253)	(161.176)	(79.095)	(161.768)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		408.053	247.220	394.112	242.101
Receitas financeiras	22	190.668	185.360	194.864	189.520
Despesas financeiras	22	(442.617)	(338.500)	(444.305)	(333.886)
Variação Cambial	22	(223.251)	(148.020)	(225.311)	(153.723)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(67.147)	(53.940)	(80.640)	(55.988)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.2	(122.589)	41.554	(103.336)	46.769
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(189.736)	(12.386)	(183.976)	(9.219)
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores	24	(189.736)	(12.386)	(189.736)	(12.386)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.760	3.167
RESULTADO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$					
Básico	24	(0,00600)	(0,00041)	(0,00600)	(0,00041)
Diluído	24	(0,00600)	(0,00041)	(0,00600)	(0,00041)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biosev Bioenergia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>(189.736)</u>	<u>(12.386)</u>	<u>(183.976)</u>	<u>(9.219)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Instrumentos financeiros - hedge accounting de variação cambial	25	(127.047)	(687.326)	(127.047)	(687.326)
Instrumentos financeiros - hedge accounting de Swap Libor	25	862	(22.571)	862	(22.571)
Instrumentos financeiros - hedge accounting de Non-Deliverable Forward - NDF	25	84.112	(92.362)	84.112	(92.362)
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	9.3	14.305	272.768	14.305	272.768
		<u>(27.768)</u>	<u>(529.491)</u>	<u>(27.768)</u>	<u>(529.491)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>(217.504)</u>	<u>(541.877)</u>	<u>(211.744)</u>	<u>(538.710)</u>
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		(217.504)	(541.877)	(217.504)	(541.877)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.760	3.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biosev Bioenergia S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Reavaliação	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido da Controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido do Consolidado
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	843.603	620.596	2.415	(172.520)	(1.472.202)	(178.108)	7.653	(170.455)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(12.386)	(12.386)	3.167	(9.219)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(529.491)	-	(529.491)	-	(529.491)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(529.491)	(12.386)	(541.877)	3.167	(538.710)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(913)	-	913	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	843.603	620.596	1.502	(702.011)	(1.483.675)	(719.985)	10.820	(709.165)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(189.736)	(189.736)	5.760	(183.976)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(27.768)	-	(27.768)	-	(27.768)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(27.768)	(189.736)	(217.504)	5.760	(211.744)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(913)	-	913	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	843.603	620.596	589	(729.779)	(1.672.498)	(937.489)	16.580	(920.909)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biosev Bioenergia S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício		(189.736)	(12.386)	(183.976)	(9.219)
Itens que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	21	371.754	360.486	371.969	360.486
Resultado na venda de ativo imobilizado	23	6	(6.122)	6	(6.122)
Resultado na venda de ativos mantidos para venda (terras)	23	-	(20.082)	-	(20.082)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(53.098)	(24.374)	(6.095)	11.001
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		516.603	1.000.092	507.534	1.000.092
Gestão de risco cambial, de taxa de juros e de commodities		5.716	(26.419)	5.716	(26.419)
Reversão de provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	17	(75.141)	(46.902)	(110.345)	(85.142)
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	176	(738)	176	(738)
Ganhos por redução ao valor recuperável (impairment)		(1.316)	(4.497)	(588)	(4.497)
Constituição (reversão) de provisão para margem negativa dos estoques e realização dos estoques de almoxarifado e adtos a fornecedores	6	520	(12.093)	520	(12.093)
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico	21	(311.056)	111.669	(311.056)	111.669
Resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	122.589	(40.845)	103.266	(45.942)
Resultado de operações de hedge		(42.073)	(802.259)	(42.073)	(802.259)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(5.760)	(3.167)
		344.944	475.530	329.294	467.568
Redução (aumento) de ativos:					
Contas a receber	5	19.316	(46.293)	19.323	(46.255)
Estoques	6	(100.713)	25.071	(100.801)	25.197
Ativo biológico	12	-	(18.179)	-	(18.179)
Impostos a recuperar	7	(23.223)	(27.895)	(23.385)	(27.997)
Adiantamentos a fornecedores		2.591	3.633	2.589	3.633
Ativos mantidos para venda		-	46.175	(728)	46.175
Outros créditos		(336.714)	(139.544)	(326.021)	(149.813)
		(438.743)	(157.032)	(429.023)	(167.239)
Aumento (redução) de passivos:					
Fornecedores	15	23.825	150.044	18.734	154.607
Adiantamentos de clientes no exterior		1.298.736	184.624	1.298.736	184.624
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento		11.534	(1.852)	11.534	(1.890)
Impostos e contribuições a recolher	16	(8.318)	12.940	(8.402)	13.152
Adiantamentos de clientes no País		3.591	(8.166)	3.591	(8.166)
Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	17	(20.882)	(25.166)	(20.882)	(25.166)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(11.432)	52.838	(11.432)	52.838
Outras obrigações		(161.714)	107.349	(178.940)	101.208
		1.135.340	472.611	1.112.939	471.207
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.041.541	791.109	1.013.210	771.536
Distribuição de Dividendos		-	-	10.981	7.500
Juros de empréstimos e financiamentos pagos		(194.924)	(167.509)	(194.924)	(167.509)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		846.617	623.600	829.267	611.527
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Redução (aumento) de depósitos judiciais	8	(15.674)	3.440	(16.282)	3.440
Redução (aumento) de aplicações financeiras	4	(6.193)	(55.101)	2.876	(55.101)
Redução (aumento) de investimentos (provisão para perda em investimentos)	10	(11.152)	(6.056)	487	-
Adições ao ativo imobilizado	11	(192.790)	(140.599)	(192.790)	(140.608)
Adições ao intangível	13	(2.622)	(840)	(2.622)	(840)
Adições ao ativo biológico	12	(278.258)	(270.129)	(278.258)	(270.129)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(506.689)	(469.285)	(486.589)	(463.238)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	1.495.040	885.439	1.495.040	885.439
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(1.855.881)	(714.525)	(1.855.881)	(714.525)
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		(360.841)	170.914	(360.841)	170.914
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(20.913)	325.229	(18.163)	319.203
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	845.184	519.955	871.527	552.324
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	824.271	845.184	853.364	871.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Biosev Bioenergia S.A. (“Biosev Bioenergia” ou “Companhia”), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 11º andar, Pinheiros, São Paulo - SP, e suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo”), têm como atividades preponderantes a produção, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar; a exploração de atividades agrícolas em terras próprias ou de terceiros; a comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados, bem como de derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis, graxas e álcool etílico hidratado; e a geração e comercialização de energia elétrica.

A Biosev Bioenergia é uma subsidiária do Grupo Louis Dreyfus Group Company, controlada diretamente pela Biosev S.A., que possui 99,99% das ações ordinárias da Companhia.

As atividades desse grupo de empresas são conduzidas pela Companhia e pelas subsidiárias diretas Crystalsev Comércio e Representação Ltda. (“Crystalsev”) e Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., empresas localizadas no Brasil. Essas atividades são conduzidas no Polo Agroindustrial de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, especificamente nas Unidades Santa Elisa, Vale do Rosário, MB (Morro Agudo), Jardest e Continental.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Apesar de a Companhia ter apresentado patrimônio líquido (negativo), sua controladora Biosev S.A. possui projeções de resultados futuros nas quais a Companhia está inserida que indicam trajetória de lucratividade e fluxos de caixa positivos. Essas projeções de resultados foram elaboradas sob premissas econômicas e setoriais de mercado, e estão em linha com o plano de negócios do Grupo Biosev.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRSs*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRSs* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, ativos mantidos para venda e pelo ativo biológico mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração da Companhia deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriores apresentados, salvo disposição em contrário.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor em 31 de março de 2016, entretanto não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Companhia já adota este método de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
CPC 35 / IAS 27	“Demonstrações financeiras separadas” – em agosto de 2014, foi revisada a regra que trata das demonstrações financeiras separadas, permitindo a contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

b.1) As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados após 31 de março de 2016. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 15 / CPC 30	“Reconhecimento de Receitas” o IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros" o IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A norma define apenas um modelo de redução do valor recuperável e reformulou o modelo para hedge accounting.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	“Leases” o IFRS 16 que substituirá o IAS 17 e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos (leases).	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Estas Normas, emendas e interpretações são efetivas para os exercícios anuais iniciados a partir de 2016, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras exceto pela IFRS 9 “Financial Instruments” que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. A Companhia não espera adotar essas normas antecipadamente e o impacto da adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os pronunciamentos correlacionados ao IFRS 9 e ao IFRS 16 apresentados anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC, o CFC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esse pronunciamento seja editado pelo CPC e aprovado pelo CFC e pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

b.2) As alterações publicadas referente às normas existentes para o CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41 são obrigatórias para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2016, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Não houve adoção antecipada e os impactos da adoção serão apresentados no primeiro trimestre da safra 2016/2017.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41	Os pronunciamentos definem que plantas vivas utilizadas na produção de produtos agrícolas por mais de um período e para as quais existe uma probabilidade remota de serem vendidas como produtos agrícolas, passarão a ser mensuradas pelo custo histórico, ao invés do valor justo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

De acordo com o CPC 29 e CPC 27, a soqueira classifica-se como planta portadora da cana em pé, que é o ativo biológico consumível. Como consequência, as plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) serão reclassificadas para o imobilizado e mensuradas pelo custo amortizado e depreciado ao longo de sua vida útil de forma decrescente com base na produtividade esperada no âmbito do CPC 27. No entanto, a cana de açúcar em pé, que cresce em plantações de cana-de-açúcar permanecerá no ativo biológico e continuará a ser mensurada pelo valor justo menos o custo de venda.

A Companhia adotará a regra de transição que permite às empresas aplicar o valor justo das plantas portadoras como custo atribuído no início do primeiro período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras. A partir de 1º abril de 2016, os períodos comparativos serão retrospectivamente revistos em conformidade com a norma.

A aplicabilidade da norma resultará em alterações das práticas contábeis e ajustes nos saldos patrimoniais e de resultados divulgados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de março de 2015 e 2016.

2.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e estas deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando-se práticas contábeis consistentes.

Nos casos em que o controle é exercido em conjunto, a consolidação das demonstrações financeiras é efetuada pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas estão mencionadas na nota explicativa número 1. Os principais procedimentos de consolidação adotados pela Companhia são: (a) soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; (b) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas; e (c) eliminação dos saldos das contas de investimento nas controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Desde 1º de janeiro de 2009, as combinações de negócios são contabilizadas utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e pelo valor de qualquer participação de acionistas não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de acionistas não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária, previamente detida no capital da adquirida, é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos no resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38/ IAS 39 na demonstração do resultado ou em “Outros resultados abrangentes”. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio líquido, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho no resultado do exercício corrente.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (Impairment), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de março de 2016, a Companhia não identificou indícios de que o valor de seus ágios seja inferior ao valor de realização.

2.4 Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma empresa do Grupo exerce diretamente suas atividades por meio de uma “joint venture”, a participação do Grupo nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação do Grupo nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela “joint venture” são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para o Grupo e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Qualquer ágio resultante da aquisição da participação do Grupo em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a prática contábil do Grupo com relação ao ágio resultante de uma combinação de negócios.

Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos no resultado apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, moeda de apresentação do Grupo.

2.6 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do Grupo (R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, sendo que, todas as Aplicações financeiras classificadas nessa rubrica têm disponibilidade imediata na data em que são efetuadas e/ou vencimento inferiores a 90 dias, e estão registradas por seus valores atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, sendo que tais valores não excedem os respectivos valores de negociação.

2.8 Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

2.9 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

As contas a receber estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas das provisões para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estimada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.10 Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos acabados e produtos auxiliares e são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede o valor líquido realizável.

- Provisão para perdas na realização de estoques

Para a constituição de provisão para perdas na realização de estoques, a Companhia toma como base o histórico de perdas ocorridas nas movimentações físicas de mercadorias, para estimar possíveis perdas sobre os estoques existentes nas Unidades Agroindustriais. Adicionalmente, registram-se provisões para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de aquisição e/ou do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.11 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, conforme indicado na nota explicativa número 11. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O Grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre entre os meses de dezembro e março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam durante a safra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

2.12 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 - *Agriculture* abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos (tais como plantações de cana-de-açúcar) ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado para os próximos seis anos, as principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: estimativas de produção e de produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

Os dois componentes do ativo biológico (a soqueira e a cana-de-açúcar) são apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis/ IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, o ativo biológico é classificado como não circulante.

A variação no valor justo do ativo biológico realizada e não realizada é reconhecida no resultado na rubrica "Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados". A parcela realizada, é proveniente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.14 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.15 Intangível

Intangível adquirido separadamente

Intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício que são incorridos.

O intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, atendidas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de se completar o intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o intangível.
- Como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômico futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos, desde quando o intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os intangíveis adquiridos separadamente.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Baixa de intangível

Um intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 4 anos.

2.16 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio

Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de março de 2016, a Companhia não identificou indícios de que o valor desses ativos seja inferior ao valor de realização.

2.17 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

- Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros proveniente da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 31 de março de 2016, e identificou ativos e passivos para os quais foram reconhecidos o ajuste a

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.18 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços dos serviços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos serviços prestados aos termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.20 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não apresentam essas características são classificados como operacionais. Em 31 de março de 2016, todos os arrendamentos da Companhia são operacionais.

Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas das demonstrações financeiras, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas nas datas das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.22 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões são mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor, e no histórico de perda em casos semelhantes. A atualização das provisões ocorre mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Em 31 de março de 2016, o Grupo era parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.23 Instrumentos financeiros

(a) Classificação

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; (v) passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (vi) outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante, conforme aplicável.

Nessa categoria, em 31 de março de 2016, estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas no resultado do exercício, salvo se os instrumentos financeiros estiverem designados sob as normas da contabilidade de hedge, situação na qual recebem o tratamento descrito no item (c), abaixo.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Nessa categoria, em 31 de março de 2016, estão incluídas as aplicações financeiras da Companhia.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2016, compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

(v) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a revenda no curto prazo.
- Em seu reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- É um derivativo não designado sob as normas de contabilidade de hedge.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimentos documentados do Grupo e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base.

Nessa categoria, em 31 de março de 2016, estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado, salvo se os instrumentos financeiros estiverem designados sob as normas de contabilidade de hedge, situação na qual recebem o tratamento descrito no item (c), abaixo. Nos demais casos, os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos no resultado do exercício. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa número 25.

(vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação.

Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

(b) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos cuja gestão é efetuada por meio da definição de estratégias, do estabelecimento de sistemas de controle, da determinação de limites de posições e exposição e do monitoramento dos riscos envolvidos.

A Companhia mantém tais instrumentos com o objetivo de proteger sua exposição aos riscos de volatilidade do mercado

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

de commodities e da taxa de câmbio em sua receita, custos e certos ativos e passivos. Adicionalmente, utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger o cumprimento dos seus investimentos em moedas diferentes do real.

A Companhia gerencia ativamente as posições contratadas, sendo os resultados dessas atividades acompanhados continuamente, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas metas e estratégias em resposta às condições de mercado, especialmente devido à parte significativa das receitas da Companhia e, conseqüentemente, geração de caixa terem preços determinados em dólares norte-americanos.

Adicionalmente, a Companhia monitora as flutuações das taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em consonância com sua política de hedge, efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar esses riscos.

Essas operações para proteção da exposição podem ser formalmente designadas e qualificadas como hedge contábil de fluxo de caixa. A Companhia documenta, na data inicial da relação de hedge, a sua estratégia às políticas de gestão de riscos. A Companhia também documenta os seus testes de efetividade de hedge na data da designação e em datas subsequentes. A porção efetiva das mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Os ganhos ou as perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reciclados para o resultado do exercício quando o item protegido (objeto de hedge) impactar o resultado do exercício. Quando o instrumento de hedge alcança seu vencimento, é vendido ou a transação não é mais qualificada como hedge contábil, o valor cumulativo da porção efetiva registrada no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", é mantido nessa reserva até que a transação objeto de hedge aconteça e impacte o resultado da Companhia.

(d) Derivativo Embutido

A eventual existência de derivativos embutidos nas transações envolvendo instrumentos financeiros, tais como empréstimos, emissões de títulos de dívida, arrendamentos e compromissos assumidos de compra e venda requer uma avaliação para fins de segregação do instrumento principal e a contabilização em separado do mesmo.

A Companhia não identificou a existência de derivativos embutidos nas transações reconhecidas nestas demonstrações financeiras.

(e) Avaliação de instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações não baseadas em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

Na aplicação da prática contábil da Companhia para as operações com derivativos classificadas como proteção dos fluxos de caixa futuros, a Companhia utiliza estimativas de receitas e custos em seus períodos de realização projetados. Os resultados da marcação a mercado ou realização dos instrumentos financeiros ou derivativos designados para proteção de fluxos de caixa futuros são registrados na conta de "Outros resultados abrangentes" e reconhecidos no resultado do exercício social em que ocorrer a realização do item protegido.

A Companhia entende que utiliza técnicas de avaliação e premissas adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, bem como dispõe de ferramentas adequadas de projeção e monitoramento.

2.24 Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda foram classificados, seguindo o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada/IFRS 5 – Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations.

A conclusão da venda desses ativos exige aprovação dos acionistas não controladores que prolongaram o prazo necessário para concluir a venda além de um ano. As ações necessárias para obter essas aprovações não podem ser iniciadas até que um comprador seja conhecido e seja obtido um compromisso firme de compra. Dessa forma, a Administração da Companhia mantém o compromisso firme de que a venda desses ativos é altamente provável e atende ao estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 31/ IFRS 5 para que estes sejam classificados como ativos mantidos para venda.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda (ou grupos para alienação) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. O ativo imobilizado e o intangível que tenham sido classificados como mantidos para venda não sofrem depreciação ou amortização.

2.25 Capital social

O total de ações é classificado no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor adicionado ao capital, líquida de impostos.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita de venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de venda é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua execução.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de termo de vendas internacionais (*incoterm*) do contrato.

2.27 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (Impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

2.28 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Para fins do cálculo do resultado básico, as ações preferenciais tiveram o mesmo tratamento das ações ordinárias, uma vez que possuem as mesmas características, diferindo apenas no direito a voto de algumas matérias e na prioridade no reembolso de seu valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

2.29 Benefícios a empregados

(i) Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus colaboradores um plano de Previdência Privada de Contribuição Definida, com o objetivo de assegurar às pessoas a possibilidade de acumularem recursos que garantam uma renda mensal no futuro, possibilitando que o empregado mantenha um padrão de vida digno após a aposentadoria. O plano de previdência da Companhia é acessível a todos os colaboradores e administradores, de forma facultativa.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O empregado que optar por aderir ao plano poderá optar por duas modalidades: 1- Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou 2- Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pelas regras aprovadas do plano, o empregado pode participar através de contribuições básicas ou suplementares, sendo que a Companhia contribui em paridade com as contribuições básicas que o empregado fizer, até o limite de 6,5% do salário de contribuição. Adicionalmente, o empregado poderá fazer contribuições extraordinárias, que não têm contrapartida pela Companhia.

(ii) Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa alocados ao custo de produção e às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Caixa e bancos	713.915	796.087	725.168	796.339
Aplicações financeiras	29.209	633	29.386	1.010
Debêntures	81.147	48.464	98.810	74.178
	824.271	845.184	853.364	871.527

As aplicações financeiras se referem a operações de Certificados de Depósito Bancário - CDBs pós-fixados e/ou indexados a taxas de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de março de 2016 (90% em 31 de março de 2015). Algumas operações de CDBs estão sujeitas a compromisso de recompra pelas instituições financeiras emissoras e/ou custodiantes.

As debêntures que lastreiam operações compromissadas sem incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF são emitidas por instituições financeiras nacionais, de primeira linha, indexadas a taxas que variam de 80% a 101,5% do CDI em 31 de março de 2016 (80% a 101,5% em 31 de março de 2015).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Aplicações financeiras	73.018	66.960
Fundo de investimento renda fixa	1.297	1.162
	74.315	68.122
Ativo circulante	74.306	68.122
Ativo não circulante	9	-

As aplicações financeiras referem-se a depósitos restritos e são operações representadas por (i) Certificados de Depósito Bancário - CDBs pós-fixados e/ou remunerados entre 90% a 93% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de março de 2016 (90% em 31 de março de 2015).

As aplicações em fundos de investimento de renda fixa foram contratadas a taxas que variam de 12,9% a 13,97% ao ano em 31 de março de 2016 (10,5% a 11,6% ao ano em 31 de março de 2015).

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Partes relacionadas (nota 18):				
No País	1.401	4.367	1.401	4.367
No exterior	120.904	101.518	120.904	101.518
	122.305	105.885	122.305	105.885
Terceiros:				
No País	36.924	66.113	49.632	77.083
No exterior	961	5.060	961	6.804
	37.885	71.173	50.592	83.887
	160.190	177.058	172.897	189.772
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(176)	-	(12.595)	(12.419)
	160.014	177.058	160.302	177.353

Antes de registrar operações com novos clientes, o Grupo faz análises abrangentes de risco e avalia a qualificação dessas contrapartes. Tal análise é feita com a utilização de técnicas de balanced scorecard, através da avaliação de demonstrativos financeiros, situação patrimonial e referências comerciais, observados os aspectos quantitativos e qualitativos do cliente.

O saldo da rubrica “Contas a receber” inclui valores (vide a análise por vencimento a seguir) vencidos em 31 de março de 2016 de R\$74.729 na controladora e R\$87.436 no consolidado (R\$56.678 e R\$69.096 em 31 de março de 2015, respectivamente), os quais R\$176 na controladora e R\$12.595 no consolidado em 31 de março de 2016 (R\$12.419 no consolidado em 31 de março de 2015) estão provisionados conforme tabela de abertura de provisão para créditos de liquidação duvidosa por vencimento.

Para o saldo remanescente de R\$74.553 na controladora e R\$74.841 no consolidado em 31 de março de 2016 (R\$56.678 e R\$56.677 em 31 de março de 2015, respectivamente), a Companhia não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
A vencer	85.461	120.380	85.461	120.676
Vencidos:				
Até 30 dias	5.076	2.522	5.076	2.522
Entre 31 e 60 dias	19.384	4.364	19.384	4.364
Entre 61 e 90 dias	43.625	12.431	43.625	12.431
Entre 91 e 180 dias	6.446	29.578	6.446	29.578
Acima de 180 dias	198	7.783	12.905	20.201
	160.190	177.058	172.897	189.772

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Saldo no início do exercício	-	(738)	(12.419)	(13.157)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	(561)	(46)	(561)	(46)
Valores baixados no exercício como incobráveis	28	784	28	784
Valores recuperados durante o exercício	357	-	357	-
	(176)	-	(12.595)	(12.419)

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A abertura da PCLD por vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Entre 61 e 90 dias	(42)	-	(42)	-
Entre 91 e 180 dias	(79)	-	(79)	-
Acima de 180 dias	(55)	-	(12.474)	(12.419)
	(176)	-	(12.595)	(12.419)

A abertura dos itens vencidos e não incluídos na PCLD está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Até 30 dias	5.076	2.522	5.076	2.522
Entre 31 e 60 dias	19.384	4.364	19.384	4.364
Entre 61 e 90 dias	43.583	12.431	43.583	12.431
Entre 91 e 180 dias	6.367	29.578	6.367	29.578
Acima de 180 dias	143	7.783	431	7.782
	74.553	56.678	74.841	56.677

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrado nas rubricas "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título e registrados no resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado anteriormente no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Produtos acabados:		
Açúcar	9.321	12.375
Etanol	52.437	18.186
Mel refinado	2.290	938
Outros	8.164	13.265
Provisão para margem negativa dos estoques	(13.781)	(6.707)
	58.431	38.057
Matéria-prima e embalagens	838	834
Almoxarifado	34.165	35.941
Provisão para realização dos estoques de almoxarifado	(1.584)	(6.679)
Adiantamentos a fornecedores (*)	204.628	141.549
Provisão para perda de adiantamentos a fornecedores	-	(1.459)
	238.047	170.186
	296.478	208.243

(*) Do montante total em 31 de março de 2016, R\$150.465 na controladora e no consolidado (R\$141.540 em 31 de março de 2015) referem-se a adiantamentos realizados a fornecedores de cana-de-açúcar que são corrigidos mensalmente conforme as condições e índices pactuados nos contratos de forma específica, e R\$54.163 (R\$9 em 31 de março de 2015) na controladora e no consolidado, referem-se a adiantamento de performance de exportação de commodities, conforme nota explicativa 18.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação das provisões para margem negativa dos estoques, realização de estoque de almoxarifado e perda de adiantamentos a fornecedores está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Margem negativa dos estoques		
Saldo inicial	(6.707)	(11.281)
Adições	(13.781)	(6.707)
Reversões	6.707	11.281
	(13.781)	(6.707)
Realização dos estoques de almoxarifado		
Saldo inicial	(6.679)	(14.212)
Adições	(3.323)	(11.863)
Reversões	8.418	19.396
	(1.584)	(6.679)
Perda de adiantamentos a fornecedores		
Saldo inicial	(1.459)	(1.445)
Adições	-	(57)
Reversões	1.459	43
	-	(1.459)

A provisão para margem negativa dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, deduzindo as despesas com vendas.

A provisão para realização de estoque de almoxarifado considera itens obsoletos e com baixa movimentação, e é constituída trimestralmente através de procedimento de gestão de estoque de material de almoxarifado devidamente aprovada pela Companhia.

O saldo de estoques de almoxarifado que a Companhia espera realizar em um período superior a 12 meses é de R\$1.314 em 31 de março de 2016 (R\$4.764 em 31 de março de 2015).

Os montantes dos estoques reconhecidos como Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados - CPV no exercício findo em 31 de março de 2016 são de R\$2.116.601 na controladora e no consolidado (R\$1.893.481 no exercício findo em 31 de março de 2015).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.775	10.861	13.775	10.861
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a)	108.133	103.203	108.133	103.203
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicação financeira e antecipações	31.622	15.877	31.890	15.983
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros	4.285	4.651	4.285	4.651
	157.815	134.592	158.083	134.698
Ativo circulante	45.004	54.939	45.272	55.045
Ativo não circulante	112.811	79.653	112.811	79.653

(a) Refere-se a créditos de PIS e COFINS relativos à: (i) Lei nº 10.637/02, que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Servidor Público - PASEP; (ii) Lei nº 10.833/03, que trata da cobrança não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ao PIS e ao PASEP.; (iii) Lei 11.774/2008, que dispõe sobre a tomada de créditos de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado; e (iv) Lei 13.043/14 referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.15	31.03.14
Cíveis	5.020	3.625	5.020	3.625
Ambientais	5.200	4.643	5.200	4.643
	10.220	8.268	10.220	8.268
Tributários:				
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	11.945	10.960	11.945	10.960
IRPJ/CSLL	8.145	7.461	8.145	7.461
ICMS, PIS e COFINS	5.431	4.955	5.431	4.955
Contribuições sociais e previdenciárias	6.478	6.004	6.478	6.004
Outros	313	285	921	285
	32.312	29.665	32.920	29.665
Trabalhistas				
Recursos trabalhistas	68.485	57.410	68.485	57.410
	68.485	57.410	68.485	57.410
	111.017	95.343	111.625	95.343

A movimentação dos depósitos judiciais da Companhia está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Saldo inicial	95.343	98.783	95.343	98.783
Adições	29.924	68.191	30.532	68.191
Compensações / Resgates	(14.250)	(71.631)	(14.250)	(71.631)
	111.017	95.343	111.625	95.343

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	446.258	554.542	448.237	559.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	(44.719)	(66.679)
	446.258	554.542	403.518	492.479

9.2 Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Resultado de imposto de renda e contribuição social correntes	-	709	(70)	827
Resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à origem e reversão de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa	(122.589)	40.845	(103.266)	45.942
	(122.589)	41.554	(103.336)	46.769

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9.3 Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes:				
Instrumentos financeiros - hedge accounting de variação cambial	43.196	233.691	43.196	233.691
Instrumentos financeiros - hedge accounting de Sw ap Libor	(293)	7.674	(293)	7.674
Instrumentos financeiros - hedge accounting de Non-Deliverable Forward - NDF	(28.598)	31.403	(28.598)	31.403
	<u>14.305</u>	<u>272.768</u>	<u>14.305</u>	<u>272.768</u>

9.4 Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(67.147)	(53.940)	(80.640)	(55.988)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	22.830	18.340	27.418	19.036
Resultado de equivalência patrimonial	18.054	8.287	2.072	(3.740)
Amortização do ágio	35.111	35.111	35.111	35.111
Créditos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos	(120.024)	(32.993)	(123.686)	(32.993)
Regras de Subcapitalização	(43.313)	(21.891)	(43.313)	(21.891)
Outros	(35.246)	34.700	(938)	51.246
Resultado de imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	<u>(122.589)</u>	<u>41.554</u>	<u>(103.336)</u>	<u>46.769</u>

9.5 Saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Saldo inicial em 31.03.15	Reconhecido		Saldo final em 31.03.16
		Reconhecido no resultado do exercício	em outros resultados abrangentes	
Controladora				
Diferenças temporárias:				
Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	111.439	(32.648)	-	78.791
Provisão para perdas de adiantamentos de fornecedores	496	(496)	-	-
Ajuste a valor justo sobre ativo biológico	(34.405)	(127.548)	-	(161.953)
Ajuste a Valor Presente (AVP) - 11.638	568	(636)	-	(68)
Hedge accounting de sw ap Libor, NDF e variação cambial	327.339	28.598	14.305	370.242
Efeitos de conversão	9	-	-	9
Variação cambial não realizada	262.774	40.599	-	303.373
Valorização a mercado de instrumentos financeiros derivativos	(208.495)	(44.846)	-	(253.341)
Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)	11.387	(200)	-	11.187
Outros	34.663	14.588	-	49.251
	<u>505.775</u>	<u>(122.589)</u>	<u>14.305</u>	<u>397.491</u>
Prejuízos e créditos fiscais não utilizados:				
Prejuízo fiscal	35.858	-	-	35.858
Base negativa de contribuição social	12.909	-	-	12.909
	<u>554.542</u>	<u>(122.589)</u>	<u>14.305</u>	<u>446.258</u>

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora	Saldo inicial em 31.03.14	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido em outros		Saldo final em 31.03.15
			resultados abrangentes	REFIS	
Diferenças temporárias:					
Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	135.942	(24.503)	-	-	111.439
Provisão para perdas de adiantamentos de fornecedores	491	5	-	-	496
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	781	(781)	-	-	-
Provisão para margem negativa dos estoques	7.845	(7.845)	-	-	-
Provisão para a realização de estoques de almoxarifado	823	(823)	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre ativo biológico	(45.723)	11.318	-	-	(34.405)
Ajuste a Valor Presente (AVP) - 11.638	517	51	-	-	568
Hedge accounting de sw ap Libor, NDF e variação cambial	85.974	(31.403)	272.768	-	327.339
Efeitos de conversão	9	-	-	-	9
Variação cambial não realizada	(17.262)	280.036	-	-	262.774
Valorização a mercado de instrumentos financeiros derivativos	23.888	(232.383)	-	-	(208.495)
Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)	12.661	(1.274)	-	-	11.387
Outros	23.855	10.808	-	-	34.663
	229.801	3.206	272.768	-	505.775
Prejuízos e créditos fiscais não utilizados:					
Prejuízo fiscal	35.858	27.676	-	(27.676)	35.858
Base negativa de contribuição social	12.909	9.963	-	(9.963)	12.909
	278.568	40.845	272.768	(37.639)	554.542

Consolidado	Saldo inicial em 31.03.15	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido em outros		Saldo final em 31.03.16
			resultados abrangentes		
Diferenças temporárias:					
Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	111.439	(32.648)	-	-	78.791
Provisão para perdas de adiantamentos de fornecedores	496	(496)	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.361	-	-	-	1.361
Ajuste a valor justo sobre ativo biológico	(34.404)	(127.548)	-	-	(161.952)
Ajuste a Valor Presente (AVP) - 11.638	568	(636)	-	-	(68)
Hedge accounting de sw ap Libor, NDF e variação cambial	327.336	28.598	14.305	-	370.239
Efeitos de conversão	9	-	-	-	9
Variação cambial não realizada	265.720	39.636	-	-	305.356
Valorização a mercado de instrumentos financeiros derivativos	(208.495)	(44.846)	-	-	(253.341)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	11.387	(200)	-	-	11.187
Mais valia dos ativos adquiridos	(66.679)	21.959	-	-	(44.720)
Outros	33.303	14.586	-	-	47.889
	442.041	(101.595)	14.305	-	354.751
Prejuízos e créditos fiscais não utilizados:					
Prejuízo fiscal	37.086	(1.228)	-	-	35.858
Base negativa de contribuição social	13.352	(443)	-	-	12.909
	492.479	(103.266)	14.305	-	403.518

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	Saldo inicial em 31.03.14	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido em outros resultados		Saldo final em 31.03.15
			abrangentes	REFIS	
Diferenças temporárias:					
Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	135.942	(24.503)	-	-	111.439
Provisão para perdas de adiantamentos de fornecedores	491	5	-	-	496
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.142	(781)	-	-	1.361
Provisão para margem negativa dos estoques	7.845	(7.845)	-	-	-
Provisão para a realização de estoques de almoxarifado	823	(823)	-	-	-
Ativo biológico	(45.722)	11.318	-	-	(34.404)
Ajuste a Valor Presente (AVP) - 11.638	517	51	-	-	568
Hedge accounting de swap Libor, NDF e variação cambial	85.971	(31.403)	272.768	-	327.336
Efeitos de conversão	9	-	-	-	9
Variação cambial não realizada	(16.133)	281.853	-	-	265.720
Valorização a mercado de instrumentos financeiros derivativos	23.888	(232.383)	-	-	(208.495)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	12.661	(1.274)	-	-	11.387
Mais valia dos ativos adquiridos	(69.385)	2.706	-	-	(66.679)
Outros	22.494	10.809	-	-	33.303
	161.543	7.730	272.768	-	442.041
Prejuízos e créditos fiscais não utilizados:					
Prejuízo fiscal	36.665	28.097	-	(27.676)	37.086
Base negativa de contribuição social	13.200	10.115	-	(9.963)	13.352
	211.408	45.942	272.768	(37.639)	492.479

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL nos montantes de R\$1.747.930 na controladora e R\$1.758.700 no consolidado (R\$1.394.918 na controladora e no consolidado em 31 de março de 2015), para os quais não foram constituídos Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

9.6 Projeções da Administração para a realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com as projeções da Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue, tomando-se como base a projeção de lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
2016	-	8.742	-	8.742
2017	-	30.438	-	30.438
2018	-	9.587	-	11.258
2019 e 2022	48.767	-	48.767	-
	48.767	48.767	48.767	50.438

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia são compostos pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL e pelas diferenças temporárias. O estudo da estimativa de realização desses saldos tem ênfase exclusivamente na expectativa de realização (consumo) do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As projeções de resultados da Companhia basearam-se na previsão do aumento de produtividade do canavial, aumento da capacidade produtiva, aumento de eficiência industrial, projetos específicos para redução de custo e aumento dos preços de mercado.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não somente do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o resultado do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Investimento				
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	1.102.108	1.037.858	207.153	212.526
Investimentos	1.102.108	1.037.858	207.153	212.526
Provisão para perda em investimentos	(101)	(101)	-	-

a) Participação em empresas controladas e controladas em conjunto

	Controladora			Consolidado
	Crystalsev Comércio e Representação LTDA.	Terminais Portuários	Crystalsev Participações Ltda.	TEAG
Capital social	230.852	30.181	50.000	64.702
Resultado do exercício	60.471	(1.598)	-	28.987
Patrimônio líquido	172.372	16.797	(144)	69.944
Participação no capital	90%	100%	70%	50%
Valor de investimentos em controladas por equivalência patrimonial	155.910	16.797	(101)	34.972
Valor justo líquido da concessão	-	-	-	172.181
Investimentos	155.910	16.797	(101)	207.153
Provisão para perda em investimentos	-	-	(101)	-
Resultado de equivalência patrimonial	54.696	(1.598)	-	14.494

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e não controladas

	Controladora						Total	Total
	Crystalsev Comércio e		Crystalsev Participações Ltda.	Agio				
	Representação Ltda.	Portuários		Companhia Açucareira Vale do Rosário (*)	Jardest S.A Açúcar e Álcool (*)	Usina de Açúcar e Álcool MB Ltda (*)	31.03.2016	31.03.2015
Saldo inicial	101.214	7.243	(101)	852.469	64.658	12.274	1.037.757	1.007.327
Aumento de capital social	-	11.152	-	-	-	-	11.152	6.056
Resultado de equivalência patrimonial	54.696	(1.598)	-	-	-	-	53.098	24.374
Valor de investimentos	155.910	16.797	-	852.469	64.658	12.274	1.102.108	1.037.858
Provisão para perda em investimentos	-	-	(101)	-	-	-	(101)	(101)

(*) Empresas incorporadas em exercícios anteriores.

	Consolidado		
	TEAG	Total 31.03.2016	Total 31.03.2015
Saldo inicial	212.526	212.526	231.027
Distribuição de Dividendos	(10.981)	(10.981)	(7.500)
Equivalência patrimonial	6.095	6.095	(11.001)
Resultado	14.494	14.494	(2.602)
Realização valor líquido da concessão	(8.399)	(8.399)	(8.399)
Outros	(487)	(487)	-
Valor de investimentos	207.153	207.153	212.526

c) Informações adicionais sobre os principais investimentos em empresas controladas operacionais (diretas e indiretas)

- Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda. – Controlada direta**

Em 29 de maio de 2015 os acionistas da Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., aprovaram o aumento do capital social da companhia em R\$4.178, passando este de R\$15.969 para R\$20.147, mediante a emissão de 4.178.321 novas quotas pela Sociedade, de valor nominal R\$1 cada uma, as quais são integralizadas, mediante a conversão, em

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

capital, dos recursos decorrentes de “Contratos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital”, firmados em 11 de março de 2015 e 2 de abril de 2015.

Em 30 de setembro de 2015 os acionistas da Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., aprovaram o aumento do capital social da companhia em R\$4.997, passando este de R\$20.147 para R\$25.144, mediante a emissão de 4.997.457 novas quotas pela Sociedade, de valor nominal R\$1 cada uma, as quais são integralizadas, mediante a conversão, em capital, dos recursos decorrentes de “Contratos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital”, firmados em 3 de agosto de 2015 e 11 de setembro de 2015.

d) Investimentos em empresas controladas em conjunto

• Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda. (TEAG)

Como consequência do exercício do controle da Crystalsev Comércio e Representação Ltda. (Crystalsev), ocorrido em 28 de dezembro de 2011, a Companhia, por intermédio de sua controlada indireta Sociedade Operadora Portuária (SOP), reconheceu, para fins contábeis, 50% do capital social do TEAG. O investimento é o resultado de uma joint venture constituída entre a SOP e a Cargill Agrícola S.A. Sediado no Guarujá, SP, o TEAG tem como objetivo o desenvolvimento de atividades portuárias concernentes a de operador portuário e agência de navegação; transporte rodoviário de mercadorias por conta própria ou de terceiros; prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial e industrial a outras sociedades nacionais ou estrangeiras; e participação em outras sociedades comerciais ou civis como acionista ou quotista.

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração do resultado da empresa em questão estão demonstrados a seguir:

	TEAG	
	31.03.16	31.03.15
Balanço Patrimonial		
Ativo		
Total do ativo circulante	49.089	31.758
Realizável a longo prazo	10.772	16.499
Ativo Imobilizado e intangível	32.211	24.179
Total do ativo não circulante	42.983	40.678
Total do Ativo	92.072	72.436
Passivo		
Total do passivo circulante	13.746	1.346
Total do passivo não circulante	8.382	7.198
Patrimônio Líquido		
Total do patrimônio líquido	69.944	63.892
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	92.072	72.436

	TEAG	
	31.03.16	31.03.15
Demonstração do Resultado		
Receita Líquida	70.229	47.709
Despesas Operacionais		
Gerais, administrativas e de vendas	(74.902)	(59.850)
Outras receitas operacionais	45.050	3.964
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	40.377	(8.177)
Resultado financeiro líquido	4.244	273
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	44.621	(7.904)
Imposto de renda e contribuição social	(15.634)	2.700
Resultado do Exercício	28.987	(5.204)

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. ATIVO IMOBILIZADO

	Controladora					
	31.03.16			31.03.15		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	13.023	-	13.023	12.057	-	12.057
Edifícios	55.340	(29.416)	25.924	52.861	(27.760)	25.101
Benfeitorias	57.877	(20.026)	37.851	57.552	(17.735)	39.817
Instalações	85.091	(35.420)	49.671	75.733	(29.657)	46.076
Móveis e utensílios	6.489	(3.975)	2.514	7.847	(5.351)	2.496
Equipamentos de informática	23.602	(15.478)	8.124	18.432	(14.215)	4.217
Máquinas e equipamentos (*)	1.193.897	(857.942)	335.955	1.096.047	(732.754)	363.293
Veículos	36.988	(33.400)	3.588	37.605	(34.276)	3.329
Máquinas e implementos agrícolas(**)	450.617	(323.099)	127.518	136.562	(55.819)	80.743
	1.922.924	(1.318.756)	604.168	1.494.696	(917.567)	577.129
Obras em andamento (nota 11.1)	40.659	-	40.659	42.793	-	42.793
	1.963.583	(1.318.756)	644.827	1.537.489	(917.567)	619.922

	Consolidado					
	31.03.16			31.03.15		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	13.083	-	13.083	12.117	-	12.117
Edifícios	55.340	(29.416)	25.924	52.861	(27.760)	25.101
Benfeitorias	57.891	(20.033)	37.858	57.566	(17.741)	39.825
Instalações	85.331	(35.620)	49.711	75.973	(29.834)	46.139
Móveis e utensílios	7.496	(4.848)	2.648	8.854	(6.122)	2.732
Equipamentos de informática	23.867	(15.743)	8.124	18.697	(14.481)	4.216
Máquinas e equipamentos (*)	1.194.155	(858.200)	335.955	1.096.305	(733.011)	363.294
Veículos	36.988	(33.400)	3.588	37.605	(34.276)	3.329
Máquinas e implementos agrícolas(**)	450.617	(323.099)	127.518	136.562	(55.819)	80.743
	1.924.768	(1.320.359)	604.409	1.496.540	(919.044)	577.496
Obras em andamento (nota 11.1)	40.659	-	40.659	42.793	-	42.793
	1.965.427	(1.320.359)	645.068	1.539.333	(919.044)	620.289

(*) Incluídos os diferidos industriais.

(**) Incluídos os diferidos agrícolas.

A movimentação do valor líquido do ativo imobilizado foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Saldo inicial	619.922	599.813	620.289	600.297
Aquisições e adições	193.773	157.426	193.773	157.435
Valor residual das baixas	(5.967)	(6.904)	(5.967)	(6.904)
Reversão por redução ao valor recuperável (Impairment) (*)	588	3.748	588	3.748
Transferência Ativo Biológico - Diferido Agrícolas (**)	50.267	-	50.267	-
Depreciação do exercício	(213.756)	(134.161)	(213.882)	(134.287)
	644.827	619.922	645.068	620.289

(*) Conforme nota explicativa número 11.4

(**) Conforme nota explicativa número 12

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11.1 Obras em andamento

O total da composição das obras em andamento por usina está demonstrado a seguir:

Usina	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Continental	4.132	6.628
Santa Elisa	16.303	15.802
Vale do Rosario	17.450	18.024
MB	2.774	2.339
Total	40.659	42.793

O saldo de obras em andamento refere-se principalmente à obras de adequação e aumento de eficiência no parque industrial, e melhorias nas instalações administrativas.

11.2 Depreciação

Em 31 de março de 2016, os ativos foram depreciados de acordo com a vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil média em anos
Edifícios	46
Benfeitorias	28
Instalações	13
Móveis e utensílios	10
Equipamento de informática	6
Máquinas e equipamentos	19
Veículos	6
Máquinas e implementos agrícolas	8

11.3 Ativo imobilizado dado em garantia e compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía contratos firmados com fornecedores para aquisição de itens destinados ao ativo imobilizado, no montante de R\$10.270 (R\$5.645 em 31 de março de 2015), e o total de ativo imobilizado dado em garantia pela Companhia era de R\$65.249 (R\$68.969 em 31 de março de 2015).

11.4 Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)

Em 31 de março de 2016, a avaliação da recuperabilidade do ativo imobilizado resultou em um ganho por reversão da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$588 na controladora e no consolidado.

O saldo acumulado de perda por redução ao valor recuperável (impairment) em 31 de março de 2016 é de R\$32.792 na controladora e no consolidado (R\$33.380 em 31 de março de 2015).

As principais classes de ativo que contêm perda por redução ao valor recuperável são terrenos, edifícios, móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos, veículos, máquinas e implementos agrícolas.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

12. ATIVO BIOLÓGICO

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Saldo inicial	601.638	627.513
Aumentos decorrentes de gastos com a lavoura de cana-de-açúcar e gastos com tratamentos culturais	540.952	270.129
	1.142.590	897.642
Ganhos decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda	311.056	115.147
Transferência Imobilizado - Diferidos Agrícolas (*)	(50.267)	-
Colheita da cana-de-açúcar do exercício a valor justo	(405.403)	(411.151)
	997.976	601.638

(*) Com o objetivo de aprimorar as demonstrações financeiras às práticas de mercado, a Companhia transferiu para o ativo imobilizado os diferidos agrícolas. Esses diferidos referem-se a gastos com manutenção programada das máquinas e implementos agrícolas no período de entressafra e são depreciados durante o exercício da safra seguinte.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar foi a do fluxo de caixa descontado para os próximos seis anos, o qual representa o período médio de produtividade do canavial.

Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado foi de 5,75 % e representa o custo médio ponderado do capital (WACC) da Companhia, descontada a inflação. Esta modalidade de cálculo é utilizada como parâmetro apropriado para calcular a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do Ativo biológico.

Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar processada pelas usinas ou destilaria de etanol pode ser própria ou adquirida de terceiros. A cana própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas, quando a usina arrenda a terra de terceiros e é responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos de arrendamento têm vigência de seis anos (um ciclo). A cana de terceiros é adquirida pela usina através de contratos de fornecimento. O transporte de cana para a usina pode ser de responsabilidade do fornecedor ou realizado pela própria usina.

A fórmula do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool ("CONSECANA") calcula a remuneração da tonelada de cana-de-açúcar com base:

- Na quantidade de ATR/KG entregues pelo fornecedor de cana-de-açúcar.
- Na participação do custo de produção de cana-de-açúcar como uma porcentagem do açúcar, residual de etanol, etanol anidro e etanol hidratado.
- Nos preços líquidos de açúcar nos mercados interno e externo e no preço do etanol anidro, etanol etílico combustível e etanol hidratado, bem como do etanol para outros fins.
- Na segregação de produtos acabados das usinas para a safra em questão.

O preço de referência CONSECANA é publicado mensalmente.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Área estimada de colheita (em hectares)	106.018	105.219
Rendimentos previstos (em toneladas de cana-de-açúcar por hectare)	80,6	75,7
Quantidade total de açúcar recuperável (em quilos por tonelada de cana-de-açúcar)	138,6	138,6
Valor de um quilo de total de açúcar recuperável (em R\$) - CONSECANA	0,7329	0,5510
Taxa de desconto	5,75%	5,50%

Em 31 de Março de 2016 a Companhia tinha em garantia de operações de pré-pagamento de exportação 69.727 hectares de canaviais, o equivalente a aproximadamente 4.383.843 toneladas de cana-de-açúcar, ao valor justo estimado de R\$102.393, naquela data. As operações as quais essas garantias se referem têm vencimento final previsto entre abril de 2018 e setembro de 2019.

Em 31 de março de 2016, foi alocado aos estoques o montante de R\$1.533 na controladora e no consolidado (R\$5.353 em 31 de março 2015), referente a colheita de cana-de-açúcar a valor justo.

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Ágio				
Companhia Açucareira Vale do Rosário	-	-	852.469	852.469
Jardest S.A Açúcar e Álcool	-	-	64.658	64.658
Usina de Açúcar e Álcool MB Ltda.	-	-	12.274	12.274
	-	-	929.401	929.401
Software				
Licenças	4.061	2.828	3.934	2.701
	4.061	2.828	3.934	2.701
Outros				
Outros - Albertina (*)	7.831	9.776	7.958	9.903
	7.831	9.776	7.958	9.903
	11.892	12.604	941.293	942.005

(*) Em 12 de dezembro de 2011 a Companhia celebrou contratos para aquisição das soqueiras de cana-de-açúcar e cessão onerosa dos contratos de parceria agrícolas da Usina Albertina S.A. Tais contratos tem prazo de duração de até 13 anos e garantirão mais 6.669 hectares para produção de cana-de-açúcar para a Companhia.

A movimentação do intangível foi conforme segue:

	Controladora			
	31.03.15	Adições	Amortização	31.03.16
Software				
Licenças	2.828	2.622	(1.389)	4.061
Outros				
Outros - Albertina	9.776	-	(1.945)	7.831
	12.604	2.622	(3.334)	11.892

	Controladora			
	31.03.14	Adições	Amortização	31.03.15
Software				
Licenças	4.027	2.377	(3.576)	2.828
Outros				
Outros - Albertina	11.396	-	(1.620)	9.776
	15.423	2.377	(5.196)	12.604

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado			
	31.03.15	Adições	Amortização	31.03.16
Ágios				
Companhia Açucareira Vale do Rosário	852.469	-	-	852.469
Jardest S.A Açúcar e Álcool	64.658	-	-	64.658
Usina de Açúcar e Álcool MB Ltda.	12.274	-	-	12.274
Software				
Licenças	2.701	2.622	(1.389)	3.934
Outros				
Outros - Albertina	9.903	-	(1.945)	7.958
	942.005	2.622	(3.334)	941.293

	Consolidado			
	31.03.14	Adições	Amortização	31.03.15
Ágios				
Companhia Açucareira Vale do Rosário	852.469	-	-	852.469
Jardest S.A Açúcar e Álcool	64.658	-	-	64.658
Usina de Açúcar e Álcool MB Ltda.	12.274	-	-	12.274
Software				
Licenças	3.900	2.377	(3.576)	2.701
Outros				
Outros - Albertina	11.523	-	(1.620)	9.903
	944.824	2.377	(5.196)	942.005

13.1 Teste de redução ao valor recuperável do ágio (Impairment)

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Impairment) é efetuado anualmente, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa, visto que esse é o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

O valor recuperável é determinado segundo o cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de 5 anos, perpetuadas a partir do sexto ano a taxas de crescimentos anuais, considerando a combinação dos intervalos de taxa de desconto de 10% a 12% ao ano, líquida de impostos e taxa de crescimento anual de 3% a 5%. Qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o valor recuperável.

13.2 Amortização

Em 31 de março de 2016, a vida útil estimada para fins de amortização do intangível está descrita abaixo:

	Vida útil em média em anos
Licenças	4

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado	
					31.03.16	31.03.15
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC (b)	US\$	Varição cambial acrescida de taxa média de juros de 5,21% a.a.	De 06.06.16 a 26.06.17	Aval e nota promissória	1.379.463	1.155.268
Dívida reestruturada - US\$ (b)	US\$	Varição cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 2,47% a.a.	De 11.07.16 a 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	1.201.083	1.242.838
Dívida reestruturada (Debêntures) - R\$ (a)/(b)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	Em 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	318.289	359.649
Dívida reestruturada (ex-Debêntures) - R\$ (b)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	De 26.10.16 a 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	267.641	300.976
Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação - NCE (c)	R\$/US\$	Taxa média de juros de 137% do CDI ou variação cambial acrescida de juros de 6,66% a.a. ou CDI acrescido de taxa média de 4,25% a.a.	De 20.04.16 a 26.10.17	Aval, nota promissória e garantia real	130.454	247.505
Pré-Pagamento de Exportação – PPE	US\$	Varição cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 3,47% a.a.	Em 26.10.17	Aval, nota promissória, recebíveis e garantia real	70.636	95.404
Finame	R\$	Taxa média de juros de 5,06% a.a.	De 15.04.17 a 15.04.18	Hipoteca, alienação fiduciária, aval e nota promissória	10.135	16.511
Programa de Securitização Agrícola - FESA	R\$	IGP-M acrescido de 4% a.a.	De 01.05.18 a 02.08.19	Aval, nota promissória e Certificado do Tesouro Nacional - CTN	10.857	12.101
					3.388.558	3.430.252
				Passivo circulante	612.220	609.473
				Passivo não circulante	2.776.338	2.820.779

(a) Líquido de gastos com comissões para emissão de debêntures no montante de R\$3.109 em 31 de março de 2016 (R\$3.485 em 31 de março de 2015), os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente até o vencimento da operação.

(b) Líquido de despesas diferidas no montante de R\$7.801 em 31 de março de 2016 (R\$14.041 em 31 de março de 2015), as quais estão sendo apropriadas mensalmente até o vencimento da operação.

(c) Em 31 de março de 2016, o montante da dívida denominada em dólar norte-americano é de R\$25.756 na controladora e no consolidado (R\$167.336 em 31 de março de 2015).

A parcela do passivo não circulante apresenta o seguinte cronograma de vencimento (ano-safra):

	Controladora e Consolidado
	31.03.16
Abril 2017 a Março 2018	1.511.168
Abril 2018 a Março 2019	223.103
Abril 2019 a Março 2020	220.603
Abril 2020 a Março 2021	220.075
Abril 2021 a Março 2025	601.389
	2.776.338

A Companhia possui cláusulas restritivas em alguns de seus contratos de financiamento incluindo a dívida reestruturada, conforme previsto no Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças, celebrado em 26 de outubro de 2009, assim como nos respectivos contratos relacionados, como parte do processo de aquisição da Companhia.

As cláusulas restritivas são aplicáveis a partir do exercício social iniciado em 2010 (inclusive) e estão relacionadas à liquidez corrente, à dívida líquida sobre o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA conforme definido nos termos dos contratos e ao LAJIDA sobre a despesa financeira líquida.

A verificação do cumprimento das cláusulas restritivas ocorre anualmente, no encerramento do exercício da Companhia. Em 31 de março de 2016, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Partes relacionadas (nota 18):				
No País	14.852	98.004	14.851	98.004
No exterior	74.983	89.120	74.984	89.120
	89.835	187.124	89.835	187.124
Terceiros:				
No País	290.485	169.584	290.612	174.801
No exterior	2.392	2.179	2.484	2.272
	292.877	171.763	293.096	177.073
	382.712	358.887	382.931	364.197
Passivo circulante	382.120	358.887	382.339	364.197
Passivo não circulante	592	-	592	-

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Parcelamentos (*)	6.947	-	8.736	1.743
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	407	417	407	417
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.969	8.627	13.969	8.627
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58	15.883	72	15.888
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	5.356	10.119	5.356	10.119
Imposto de renda das pessoas jurídicas - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	90	85	92	101
Outros	1.024	1.039	1.027	1.166
	27.851	36.170	29.659	38.061
Passivo circulante	27.851	36.170	29.659	38.061

(*) Em março de 2016 a Receita Federal do Brasil consolidou os débitos tributários incluídos no REFIS pela empresa Biosev Bioenergia S.A., o que gerou montante adicional a recolher de R\$6.947 na controladora e no consolidado, integralmente quitado em abril/2016.

17. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E AMBIENTAIS

A Companhia vem gerenciando diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, decorrentes do curso normal de seus negócios.

	Controladora					31.03.16
	31.03.15	Constituição (reversão) de atualizações	Adições	Baixas por reversões	Baixas por pagamentos	
Tributárias						
IPI incidente sobre a venda de açúcar	87.794	475	-	(71.718)	-	16.551
IPI	146	-	-	-	-	146
PIS e COFINS	6.294	86	-	-	-	6.380
ICMS	820	(820)	-	-	-	-
IRPJ/CSLL	8.309	338	-	-	-	8.647
Contribuições sociais e previdenciárias	39.927	(3.035)	5.521	(16.540)	-	25.873
Outros	687	35	-	-	-	722
	143.977	(2.921)	5.521	(88.258)	-	58.319
Trabalhistas						
Trabalhistas	135.011	1.042	15.826	(11.326)	(20.668)	119.885
Ambientais	25.451	4.974	452	(18)	(177)	30.682
Cíveis	23.322	755	7	(1.195)	(37)	22.852
	183.784	6.771	16.285	(12.539)	(20.882)	173.419
	327.761	3.850	21.806	(100.797)	(20.882)	231.738

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora						
	Constituição (reversão) de					31.03.15
	31.03.14	atualizações	Adições	Baixas por reversões	Baixas por pagamentos	
Tributárias						
IPi incidente sobre a venda de açúcar	87.394	336	64	-	-	87.794
IPi	145	1	-	-	-	146
PIS e COFINS	6.228	68	-	(2)	-	6.294
ICMS	8.904	(4.723)	-	(1.122)	(2.239)	820
IRPJ/CSLL	10.680	(680)	-	(1.308)	(383)	8.309
Contribuições sociais e previdenciárias	41.200	1.433	2.846	(5.462)	(90)	39.927
Outros	657	19	11	-	-	687
	155.208	(3.546)	2.921	(7.894)	(2.712)	143.977
Trabalhistas						
Trabalhistas	148.754	2.400	44.957	(38.907)	(22.193)	135.011
Ambientais	20.294	3.325	2.648	(788)	(28)	25.451
Cíveis	75.573	(4.542)	1.517	(48.993)	(233)	23.322
	244.621	1.183	49.122	(88.688)	(22.454)	183.784
	399.829	(2.363)	52.043	(96.582)	(25.166)	327.761

Consolidado						
	Constituição (reversão) de					31.03.16
	31.03.15	atualizações	Adições	Baixas por reversões	Baixas por pagamentos	
Tributárias						
IPi incidente sobre a venda de açúcar	87.794	475	-	(71.718)	-	16.551
IPi	146	-	-	-	-	146
PIS e COFINS	32.962	62	-	(26.643)	-	6.381
ICMS	1.156	(926)	-	(230)	-	-
IRPJ/CSLL	9.951	338	-	(1.638)	-	8.651
Contribuições sociais e previdenciárias	39.924	(3.035)	5.521	(16.540)	-	25.870
Outros	687	35	-	-	-	722
	172.620	(3.051)	5.521	(116.769)	-	58.321
Trabalhistas						
Trabalhistas	141.023	291	15.826	(16.234)	(20.668)	120.238
Ambientais	25.454	4.974	452	(18)	(177)	30.685
Cíveis	24.230	755	7	(2.099)	(37)	22.856
	190.707	6.020	16.285	(18.351)	(20.882)	173.779
	363.327	2.969	21.806	(135.120)	(20.882)	232.100

Consolidado						
	Constituição (reversão) de					31.03.15
	31.03.14	atualizações	Adições	Baixas por reversões	Baixas por pagamentos	
Tributárias						
IPi incidente sobre a venda de açúcar	87.394	336	64	-	-	87.794
IPi	145	1	-	-	-	146
PIS e COFINS	49.916	(1.889)	-	(15.065)	-	32.962
ICMS	25.805	(8.127)	-	(14.283)	(2.239)	1.156
IRPJ/CSLL	14.411	(1.829)	429	(2.677)	(383)	9.951
Contribuições sociais e previdenciárias	41.196	1.433	2.846	(5.461)	(90)	39.924
Outros	663	19	10	(5)	-	687
	219.530	(10.056)	3.349	(37.491)	(2.712)	172.620
Trabalhistas						
Trabalhistas	154.329	3.360	44.957	(39.430)	(22.193)	141.023
Ambientais	20.297	3.325	2.648	(788)	(28)	25.454
Cíveis	79.479	(4.392)	1.517	(52.141)	(233)	24.230
	254.105	2.293	49.122	(92.359)	(22.454)	190.707
	473.635	(7.763)	52.471	(129.850)	(25.166)	363.327

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre a venda de açúcar de alta polarização

O Grupo é parte em processos que discutem a exigência de pagamento de IPI sobre a venda de açúcar de alta polarização. Em 26 de junho de 2015, a Companhia obteve em um destes casos, decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal que deu provimento à apelação da Companhia para reconhecer a competência do juiz da Ação Ordinária e

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

anulou a sentença para que seja apreciado o pedido de produção de provas. Em 31 de março de 2016 o montante provisionado é de R\$16.551 (R\$87.794 em 31 de março de 2015).

PIS e COFINS e IRPJ/CSLL

Refere-se à estimativa de perda provável decorrente da apuração de crédito de PIS e COFINS ou IRPJ com base na interpretação do Grupo acerca da lei, que, por sua vez, diverge da interpretação do Fisco a luz de atos normativos hierarquicamente inferiores. Em decorrência deste fato, as compensações de débito de IRPJ, CSLL, PIS, e COFINS, dentre outros, realizadas pela empresa não foram aceitas pelo Fisco, motivando o seu provisionamento.

Em 31 de março de 2016, com base em precedentes favoráveis no âmbito administrativo e judicial, a Companhia optou por reverter provisões vinculadas a processos que discutem PIS e COFINS, tendo em vista que a saída dos recursos que incorporam benefício econômicos futuros para liquidar essas obrigações já não são mais prováveis.

Contribuições Sociais e Previdenciárias

As provisões desta rubrica referem-se à contribuição previdenciária e à contribuição do sistema “S” sobre receitas de exportação de produção rural.

Do montante em questão provisionado, R\$20.684 (R\$19.282 em 31 de março de 2015) referem-se à incidência de contribuição previdenciária sobre receita de exportação através de outras companhias, o que é objeto de autuação fiscal. Existe também, medida judicial ajuizada pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA que tem por finalidade a discussão da constitucionalidade desta exigência. O STF reconheceu a repercussão geral da matéria, com base no que a UNICA obteve medida liminar com efeito suspensivo. Em 31 de março de 2016, com base em referidos andamentos processuais, o montante provisionado foi revertido, tendo em vista que a saída dos recursos que incorporam benefício econômicos futuros para liquidar essas obrigações já não são mais prováveis.

Contingências trabalhistas, ambientais e cíveis

Em 31 de março de 2016, o Grupo era parte em processos trabalhistas, ambientais e cíveis para os quais foram constituídas provisões quando a expectativa de perda foi avaliada como provável ou quando exigido pelas normas contábeis aplicáveis, com base na opinião dos assessores jurídicos e no histórico de perda para casos semelhantes.

A provisão das demandas trabalhistas está substancialmente relacionada a pedidos de (i) jornada de trabalho; (ii) adicionais; (iii) responsabilidade subsidiária ou solidária em serviços; (iv) acidentes de trabalho e/ou doença profissional; (v) meio ambiente do trabalho; (vi) reflexos na remuneração em relação aos itens anteriormente mencionados.

Os casos ambientais estão relacionados em sua maioria a: (i) queima da palha da cana-de-açúcar; e (ii) suposta intervenção desautorizada em área considerada pela autoridade ambiental como de preservação permanente.

Os processos cíveis nos quais figuramos como réus versam substancialmente sobre discussões contratuais, acidentes de trabalho e/ou de trânsito e prestadores de serviços.

Contingências - demandas judiciais ou extrajudiciais de perda possível e sem provisionamento

Tributárias

As demandas tributárias (judiciais e extrajudiciais), existentes em 31 de março de 2016, com classificação de probabilidade de perda possível e sem provisionamento estão destacadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Tributárias	749.704	415.224
	749.704	415.224

Dentre as contingências sem provisão, cuja avaliação de perda é possível, destaca-se a cobrança de ICMS e acréscimos legais em razão de divergências relacionadas à escrituração de movimentação de mercadorias (supostas diferenças de

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

estoque). Além disso, também sobre ICMS, há discussão sobre o cabimento da exigência deste imposto sobre a exportação de produtos semielaborados.

Cíveis e trabalhistas

As demandas cíveis e trabalhistas (judiciais e extrajudiciais), existentes em 31 de março de 2016, com classificação de probabilidade de perda possível e sem provisionamento estão destacadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Cíveis	13.673	11.667
Trabalhistas	25.685	10.291
	39.358	21.957

Em 31 de março de 2016, o Grupo era parte em processos trabalhistas e cíveis, cuja expectativa de perda foi avaliada como possível, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos processos.

18. PARTES RELACIONADAS

a) Transações com a Controladora

A Biosev S.A. é a Controladora direta da Companhia, detendo em 31 de março de 2016, 100% de participação no capital total e no capital votante da Companhia.

A Biosev S.A. é controlada pela Sugar Holdings BV, que é controlada pela Louis Dreyfus Company N.H. B.V., a qual por sua vez tem como controladora final a Akira Holding Foundation.

Os quadros a seguir apresentam os saldos e transações em 31 de março de 2016 entre a Companhia, e sua Controladora:

Empresa Controladora	Controladora		
	Ativo		
	Contas a receber	Mútuo (*)	Total
Biosev S.A.	1.376	521.829	523.205
31.03.16	1.376	521.829	523.205
Biosev S.A.	4.317	-	4.317
31.03.15	4.317	-	4.317

(*) Em 31 de março de 2016 foram reconhecidos os montantes de R\$1.467 no ativo circulante e R\$520.362 no ativo não circulante na rubrica de "Outros Créditos".

Empresa Controladora	Consolidado		
	Ativo		
	Contas a receber	Mútuo (*)	Total
Biosev S.A.	1.376	530.893	532.269
31.03.16	1.376	530.893	532.269
Biosev S.A.	4.317	8.296	12.613
31.03.15	4.317	8.296	12.613

(*) Em 31 de março de 2016 foram reconhecidos os montantes de R\$10.531 (R\$73 em 31 de março de 2015) no ativo circulante e R\$520.362 (R\$8.223 em 31 de março de 2015) no ativo não circulante na rubrica de "Outros Créditos".

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora e Consolidado			
Passivo			
Empresa Controladora	Fornecedores	Mútuo	Total
Biosev S.A.	5.368	-	5.368
31.03.16	5.368	-	5.368
Biosev S.A.	1.019	122.164	123.183
31.03.15	1.019	122.164	123.183

Controladora e Consolidado							
Resultado							
Empresa Controladora	Receitas			Despesas			
	Vendas	Juros e Variação cambial	Total	Compras	Juros e Variação cambial	Total	
Biosev S.A.	2.595	15.765	(13.170)	(31.654)	(3.229)	(34.883)	
31.03.2016	2.595	15.765	(13.170)	(31.654)	(3.229)	(34.883)	
Biosev S.A.	21.091	1.088	22.179	(7.888)	(6.051)	(13.939)	
31.03.2015	21.091	1.088	22.179	(7.888)	(6.051)	(13.939)	

b) Outras partes relacionadas

• Clientes de produtos

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de venda de produtos com as seguintes partes relacionadas:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Biosev Bioenergia International S.A.	Empresa sob controle comum.
Biosev Comercializadora de Energia S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Suisse S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Asia Pte. Ltd.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Ethanol Merchandising LLC	Empresa sob controle comum.
Uberlandia Refresco S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Renk Zanini Equipamentos Industriais S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Santa Elisa Participações S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.

• Compartilhamento de custos e serviços

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de compartilhamento de custos e prestação de serviços com as seguintes partes relacionadas:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Sucos S.A.	Empresa sob controle comum.

• Adiantamentos de Clientes

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de adiantamentos de clientes com as seguintes partes relacionadas:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Biosev Bioenergia International S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Suisse S.A.	Empresa sob controle comum.
Sugar Netherlands Finance BV.	Empresa sob controle comum.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

• Operações de performance de exportação de commodities

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de performance de exportação de commodities com a seguinte parte relacionada:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	Empresa sob controle comum.

O contrato de performance de exportação de commodities celebrado com a Louis Dreyfus Company Brasil S.A. prevê a compra e a venda de mercadorias para entrega futura com a finalidade específica de exportação para o cumprimento de obrigações anteriormente assumidas. Os montantes mutuados ao abrigo desse contrato incidiram em prêmio de 1,46% sobre o valor total dos embarques.

• Fornecedores de insumos

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de compra e venda de insumos com as seguintes partes relacionadas:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Biosev Bioenergia International S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Ethanol Merchandising LLC	Empresa sob controle comum.
Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.	Empresa sob controle comum.
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	Empresa sob controle comum.

• Fornecedores de cana-de-açúcar, arrendamento rural e parceria agrícola

No exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham operações de compra de cana-de-açúcar, arrendamento rural e/ou parceria agrícola com as seguintes partes relacionadas:

Nome	Relação com a Companhia ou sua Controlada
Louis Dreyfus Company Sucos S.A.	Empresa sob controle comum.
Alebisa Empreendimentos e Participações Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Anbisa Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Renk Zanini Equipamentos Industriais S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
B5 Participações Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Beabisa Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Beatriz Biagi Becker	Parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Carbisa Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Edilah de Faria Lacerda Biagi	Parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Edimasa Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Elbel Comércio e Participações Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Maubisa Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Maurilio Biagi Filho	Parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Panorama Agricultura Ltda.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Santa Elisa Participações S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.
Usina Santa Elisa S.A.	Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia.

Os contratos celebrados são contratos agrários para exploração e fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia em imóveis de propriedade das partes relacionadas citadas. A remuneração de cada contrato de exploração de cana-de-açúcar é determinada em toneladas de cana-de-açúcar por alqueire, cujo preço é calculado com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA/SP, a remuneração de cada contrato de fornecimento de cana-de-açúcar é fixada com base em quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os quadros a seguir apresentam os saldos e transações em 31 de março de 2016 entre a Companhia, e as partes relacionadas não indicadas nos itens a) e b) anteriores:

	Controladora e Consolidado		
	Ativo		
	Contas a receber	Adiantamento Fornecedor (*)	Total
Empresa sob controle comum			
Biosev Bioenergia Internacional S.A.	119.959	-	119.959
Louis Dreyfus Company Sucos S.A.	6	-	6
Louis Dreyfus Company Suisse S.A.	893	-	893
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	19	54.163	54.182
Louis Dreyfus Company Ethanol Merchandising LLC	52	-	52
	120.929	54.163	175.092
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	-	720	720
Anbisa Agricultura Ltda.	-	924	924
B5 Participações Ltda.	-	572	572
Beabisa Agricultura Ltda.	-	185	185
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	-	22	22
Carbisa Agricultura Ltda.	-	610	610
Edimasa Agricultura Ltda.	-	51	51
Elbel Comércio e Participações Ltda.	-	2.658	2.658
Panorama Agricultura Ltda.	-	67	67
Usina Santa Elisa S.A.	-	353	353
	-	6.162	6.162
Parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Beatriz Biagi Becker	-	768	768
Edilah Faria Lacerda Biagi	-	2.698	2.698
Maurilio Biagi Filho	-	351	351
	-	3.817	3.817
31.03.16	120.929	64.142	185.071
Empresa sob controle comum			
Biosev Bioenergia Internacional S.A.	100.713	-	100.713
Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A.	19	-	19
Louis Dreyfus Commodities Suisse S.A.	805	-	805
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	31	9	40
	101.568	9	101.577
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	-	1.074	1.074
Anbisa Agricultura Ltda.	-	967	967
B5 Participações Ltda.	-	535	535
Beabisa Agricultura Ltda.	-	371	371
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	-	18	18
Carbisa Agricultura Ltda.	-	1.325	1.325
Edimasa Agricultura Ltda.	-	522	522
Elbel Comércio e Participações Ltda.	-	3.251	3.251
Maubisa Agricultura Ltda.	-	-	-
Panorama Agricultura Ltda.	-	33	33
Usina Santa Elisa S.A.	-	471	471
	-	8.567	8.567
Parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Beatriz Biagi Becker	-	671	671
Edilah Faria Lacerda Biagi	-	2.379	2.379
Maurilio Biagi Filho	-	359	359
	-	3.409	3.409
31.03.15	101.568	11.985	113.553

(*) Em 31 de março de 2016 foi reconhecido o montante de R\$64.142 (R\$11.985 em 31 de março de 2015) em Adiantamentos a fornecedores na rubrica de "Estoques".

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora e Consolidado			
Passivo			
	Adiantamentos de		
	Fornecedores	Clientes (*)	Total
Empresa sob controle comum			
Biosev Bioenergia International S.A.	74.648	407.354	482.002
Louis Dreyfus Company Suisse S.A.	280	997.567	997.847
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	10	-	10
Louis Dreyfus Company Ethanol Merchandising LLC	55	-	55
Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	533	-	533
Sugar Netherlands Finance BV	-	656.742	656.742
	<u>75.526</u>	<u>2.061.663</u>	<u>2.137.189</u>
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	662	-	662
Anbisa Agricultura Ltda.	546	-	546
B5 Participações Ltda.	383	-	383
Beabisa Agricultura Ltda.	694	-	694
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	5	-	5
Carbisa Agricultura Ltda.	578	-	578
Edimasa Agricultura Ltda.	540	-	540
Elbel Comércio e Participações Ltda.	4.077	-	4.077
Maubisa Agricultura Ltda.	229	-	229
Panorama Agricultura Ltda.	454	-	454
Renk Zanini S.A. Equipamentos Pesados	107	-	107
Usina Santa Elisa S.A.	263	-	263
	<u>8.538</u>	<u>-</u>	<u>8.538</u>
Parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Beatriz Biagi Becker	99	-	99
Edilah de Faria Lacerda Biagi	304	-	304
	<u>403</u>	<u>-</u>	<u>403</u>
31.03.16	<u>84.467</u>	<u>2.061.663</u>	<u>2.146.130</u>
Empresa sob controle comum			
Biosev Bioenergia International S.A.	54.607	118	54.725
Louis Dreyfus Commodities Suisse S.A.	252	-	252
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	89.113	-	89.113
LDC Ethanol Interior Merchandising	34.261	-	34.261
Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	3.503	-	3.503
Sugar Netherlands Finance BV	-	642.073	642.073
	<u>181.736</u>	<u>642.191</u>	<u>823.927</u>
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	221	-	221
Anbisa Agricultura Ltda.	274	-	274
B5 Participações Ltda.	239	-	239
Beabisa Agricultura Ltda.	370	-	370
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	7	-	7
Carbisa Agricultura Ltda.	342	-	342
Edimasa Agricultura Ltda.	371	-	371
Elbel Comércio e Participações Ltda.	1.773	-	1.773
Maubisa Agricultura Ltda.	229	-	229
Panorama Agricultura Ltda.	257	-	257
Renk Zanini S.A. Equipamentos Pesados	131	-	131
Santa Elisa Participações S.A.	9	-	9
Usina Santa Elisa S.A.	139	-	139
	<u>4.362</u>	<u>-</u>	<u>4.362</u>
Parente de pessoa chave da administração da Companhia			
Maurílio Biagi Filho	7	-	7
	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>7</u>
31.03.15	<u>186.105</u>	<u>642.191</u>	<u>828.296</u>

(*) Em 31 de março de 2016, o montante de R\$369.515 (R\$591 em 31 de março de 2015) está registrado no passivo circulante e R\$1.692.148 (R\$641.600 em 31 de março de 2015) no passivo não circulante.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora e Consolidado						
Resultado						
	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros e Variação cambial	Total de receitas	Compras	Juros e Variação cambial	Total de despesas
Empresa sob controle comum						
Biosev Bioenergia Internacional S.A.	1.195.862	-	1.195.862	(3.320)	(106.474)	(109.794)
Biosev Comercializadora de Energia S.A.	318	-	318	-	-	-
Louis Dreyfus Company Ethanol Merchandising LLC	-	-	-	(69.595)	-	(69.595)
Louis Dreyfus Company Sucos S.A.	378	-	378	(154)	-	(154)
Louis Dreyfus Company Asia Pte. Ltd.	305.696	-	305.696	-	-	-
Louis Dreyfus Company Suisse S.A.	334.481	19.728	354.209	-	(1.075)	(1.075)
Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	-	-	-	(2.739)	-	(2.739)
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	47	-	47	(600.239)	(737)	(600.976)
Sugar Netherlands Finance BV	-	85.003	85.003	-	(45.328)	(45.328)
	<u>1.836.782</u>	<u>104.731</u>	<u>1.941.513</u>	<u>(676.047)</u>	<u>(153.614)</u>	<u>(829.661)</u>
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia						
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	-	-	-	(2.508)	-	(2.508)
Anbisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(2.191)	-	(2.191)
B5 Participações Ltda.	-	-	-	(1.443)	-	(1.443)
Beabisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(2.138)	-	(2.138)
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	(31)	-	(31)
Carbisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(2.504)	-	(2.504)
Edimasa Agricultura Ltda.	-	-	-	(2.208)	-	(2.208)
Elbel Comércio e Participações Ltda.	-	-	-	(13.082)	-	(13.082)
Panorama Agricultura Ltda.	-	-	-	(1.559)	-	(1.559)
Renk Zanini S.A. Equipamentos Industriais	132	-	132	(3)	-	(3)
Santa Elisa Participações S.A.	8	-	8	(1.612)	-	(1.612)
Uberlândia Refrescos Ltda.	76	-	76	-	-	-
Usina Santa Elisa S.A.	-	-	-	(1.025)	-	(1.025)
	<u>216</u>	<u>-</u>	<u>216</u>	<u>(30.304)</u>	<u>-</u>	<u>(30.304)</u>
Parente de pessoa chave da administração da Companhia						
Beatriz Biagi Becker	-	-	-	(175)	-	(175)
Edillah de Faria Lacerda Biagi	-	-	-	(568)	-	(568)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(568)</u>	<u>-</u>	<u>(568)</u>
31.03.16	<u>1.836.998</u>	<u>104.731</u>	<u>1.941.729</u>	<u>(706.919)</u>	<u>(153.614)</u>	<u>(860.533)</u>
Empresa sob controle comum						
Biosev Bioenergia Internacional S.A.	633.665	-	633.665	(16.264)	(30.268)	(46.532)
LDC Ethanol Interior Merchandising	33.242	-	33.242	(32.114)	(3.123)	(35.237)
Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A.	-	-	-	(185)	-	(185)
Louis Dreyfus Commodities Asia Pte. Ltd.	127.117	-	127.117	-	-	-
Louis Dreyfus Commodities Suisse S.A.	145.981	42	146.023	-	(12.062)	(12.062)
Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	-	-	-	(24.790)	-	(24.790)
Kow alski Alimentos S.A	13	-	13	-	-	-
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	-	-	-	(283.792)	-	(283.792)
Sugar Netherlands Finance BV	-	-	-	-	(964)	(964)
	<u>940.018</u>	<u>42</u>	<u>940.060</u>	<u>(357.145)</u>	<u>(46.417)</u>	<u>(403.562)</u>
Empresa controlada por parente de pessoa chave da administração da Companhia						
Alebisa Empreendimento e Participações Ltda.	-	-	-	(1.256)	-	(1.256)
Anbisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(1.778)	-	(1.778)
B5 Participações Ltda.	-	-	-	(1.370)	-	(1.370)
Beabisa Agricultura Ltda.	46	-	46	(1.923)	-	(1.923)
Beabisa Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	(16)	-	(16)
Carbisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(2.386)	-	(2.386)
Edimasa Agricultura Ltda.	-	-	-	(1.357)	-	(1.357)
Elbel Comércio e Participações Ltda.	2	-	2	(9.972)	-	(9.972)
Maubisa Agricultura Ltda.	-	-	-	(369)	-	(369)
Panorama Agricultura Ltda.	-	-	-	(1.869)	-	(1.869)
Renk Zanini S.A. Equipamentos Industriais	811	-	811	(10)	-	(10)
Santa Elisa Participações S.A.	-	-	-	(877)	-	(877)
Usina Santa Elisa S.A.	-	-	-	(836)	-	(836)
	<u>859</u>	<u>-</u>	<u>859</u>	<u>(24.019)</u>	<u>-</u>	<u>(24.019)</u>
Parente de pessoa chave da administração da Companhia						
Maurilio Biagi Filho	-	-	-	(39)	-	(39)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>
31.03.15	<u>940.877</u>	<u>42</u>	<u>940.919</u>	<u>(381.203)</u>	<u>(46.417)</u>	<u>(427.620)</u>

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social está demonstrado a seguir:

	Ações		Valores em Reais mil	
	Ordinárias	Total	Capital Social	Reserva de Capital
31.03.2015	<u>33.878.019.080</u>	<u>33.878.019.080</u>	<u>843.603</u>	<u>620.596</u>
31.03.2016	<u>33.878.019.080</u>	<u>33.878.019.080</u>	<u>843.603</u>	<u>620.596</u>

Em 31 de março de 2016, o capital social está representado por 33.878.019.080 ações ordinárias (33.878.019.080 ações ordinárias em 31 de março de 2015) nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Política de distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, consideradas as deduções estipuladas no Estatuto Social da Companhia, sendo o pagamento feito no exercício social em que for aprovada a distribuição.

20. RECEITA LÍQUIDA E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Receita bruta		
Mercado interno		
Açúcar	299.832	238.948
Etanol	670.171	652.635
Energia	107.443	173.592
Outros produtos e serviços prestados	56.467	60.760
	<u>1.133.913</u>	<u>1.125.935</u>
Mercado externo		
Açúcar	718.689	721.784
Etanol	332.746	254.253
Outros produtos	640.185	265.683
	<u>1.691.620</u>	<u>1.241.720</u>
	<u>2.825.533</u>	<u>2.367.655</u>
Impostos e deduções sobre as vendas	(156.379)	(150.737)
Receita Líquida	<u>2.669.154</u>	<u>2.216.918</u>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		
Mercado interno		
Açúcar	(199.466)	(172.580)
Etanol	(542.367)	(507.677)
Energia	(31.868)	(65.321)
Outros produtos e serviços prestados	(41.914)	(31.988)
	<u>(815.615)</u>	<u>(777.566)</u>
Mercado externo		
Açúcar	(660.384)	(545.332)
Etanol	(352.645)	(192.126)
Outros produtos	(599.013)	(266.788)
	<u>(1.612.042)</u>	<u>(1.004.246)</u>
Ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico		
Açúcar	152.412	(56.548)
Etanol	158.644	(55.121)
	<u>311.056</u>	<u>(111.669)</u>
	<u>(2.116.601)</u>	<u>(1.893.481)</u>

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza do custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados e das despesas gerais, administrativas e de vendas são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados				
Pessoal	(223.700)	(226.387)	(223.700)	(226.387)
Depreciação e Amortização (*)	(367.273)	(344.942)	(367.273)	(344.942)
Matéria prima e insumos, líquidos de impostos:				
Matéria Prima	(1.029.947)	(819.862)	(1.029.947)	(819.862)
Insumos industriais e serviços	(77.234)	(34.880)	(77.234)	(34.880)
Mercadoria de Revenda	(729.503)	(355.741)	(729.503)	(355.741)
Ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico	311.056	(111.669)	311.056	(111.669)
	<u>(2.116.601)</u>	<u>(1.893.481)</u>	<u>(2.116.601)</u>	<u>(1.893.481)</u>
Despesas gerais, administrativas e de vendas				
Pessoal	(77.563)	(78.316)	(77.953)	(78.719)
Depreciação	(4.481)	(6.114)	(4.696)	(6.330)
Frete	(107.480)	(84.605)	(107.480)	(84.605)
Serviços	(32.252)	(23.952)	(33.193)	(26.325)
Despesas de embarque	(14.484)	(15.544)	(14.484)	(15.544)
Outros	(14.277)	(12.281)	(14.811)	(12.652)
	<u>(250.537)</u>	<u>(220.812)</u>	<u>(252.617)</u>	<u>(224.175)</u>

(*) Incluído ativo biológico e produto agrícola.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Receitas financeiras				
Derivativos de câmbio - Operações Comerciais	68.585	83.548	68.585	83.548
Derivativos de taxa de juros - Sw ap Libor	31.558	43.821	31.558	43.821
Descontos recebidos	164	961	164	1.033
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	20.714	22.245	24.862	26.287
Juros	58.240	27.221	58.288	27.268
Outras	11.407	7.564	11.407	7.563
	<u>190.668</u>	<u>185.360</u>	<u>194.864</u>	<u>189.520</u>
Despesas financeiras				
Derivativos de taxa de juros - Sw ap Libor	(58.190)	(72.374)	(58.190)	(72.374)
Juros	(375.718)	(260.480)	(377.207)	(255.867)
Descontos concedidos	(2.620)	(848)	(2.620)	(926)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.308)	(4.242)	(2.308)	(4.242)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(3.056)	-	(3.056)	-
Outras	(725)	(556)	(924)	(477)
	<u>(442.617)</u>	<u>(338.500)</u>	<u>(444.305)</u>	<u>(333.886)</u>
Variação cambial	<u>(223.251)</u>	<u>(148.020)</u>	<u>(225.311)</u>	<u>(153.723)</u>
Resultado Financeiro	<u>(475.200)</u>	<u>(301.160)</u>	<u>(474.752)</u>	<u>(298.089)</u>

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Reversão de provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	99.873	69.703	134.196	102.541
Multas e Indenizações contratuais	(45.402)	39.104	(45.402)	39.104
Despesas tributárias	(7.030)	(31.607)	(6.705)	(31.770)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável (impairment) - Ativo Imobilizado	588	3.748	588	3.748
Resultado na venda de ativo imobilizado	(6)	6.122	(6)	6.122
Resultado na venda de ativos mantidos para venda (terras)	-	20.082	-	20.082
Reversão de perda por redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos mantidos para venda	-	749	-	749
Reversão (constituição) de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(176)	738	(176)	738
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.092	11.582	5.586	12.526
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	52.939	120.221	88.081	153.840
Total de outras receitas operacionais	132.192	281.397	167.176	315.608
Total de outras despesas operacionais	(79.253)	(161.176)	(79.095)	(161.768)

Processos em face do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA

A Companhia é parte ativa de processos judiciais em que busca indenização contra a União Federal pelos prejuízos decorrentes da defasagem de preço no período de congelamento de preços do açúcar e do etanol.

Em decorrência de decisão obtida no processo n.º 90.0002635-0, em 28 de dezembro de 2015 foi disponibilizado para a Companhia o montante líquido de R\$165.354. Os impactos de eventual repasse futuro de parte deste valor em favor de terceiros por conta de obrigações contratuais da Companhia ainda estão sob análise, razão pela qual foi mantido o montante anteriormente registrado na rubrica de "Outras contas a pagar", no passivo circulante.

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Resultado do exercício atribuível à participação dos acionistas controladores	(189.736)	(12.386)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do resultado básico e diluído por ação	31.645.961.987	30.526.875.828
Total do resultado básico e diluído por ação	(0,00600)	(0,00041)

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes de suas operações e considera como mais relevantes os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e de capital.

O objetivo do programa de gestão de riscos é de proteger a Companhia em relação à variação de preço do açúcar, câmbio e juros. Esses riscos são gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro, tais como: swaps e contratos futuros de taxas de juros; termos, contratos futuros e opções de moeda; e termos, contratos futuros e opções de mercadorias. As operações executadas no mercado de balcão são contratadas por meio de bancos nacionais e internacionais classificados como de baixo risco, e as operações contratadas no mercado de bolsa são negociadas principalmente nos mercados futuros e de opções das Bolsas de Mercadorias de Nova York (NYSE: ICE) e Chicago (NYSE: CME), e na Bolsa de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A utilização desses instrumentos é orientada pela Política Financeira e de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de setembro de 2013. Adicionalmente, a Companhia não realiza operações com nenhum tipo de alavancagem, tampouco negocia instrumentos derivativos exóticos.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As políticas, as práticas e os instrumentos de gestão de riscos são supervisionados pela Diretoria e pelo Comitê Estratégico (órgão de apoio do Conselho de Administração).

A Diretoria tem as seguintes responsabilidades perante o Conselho de Administração: (i) acompanhar o cumprimento da política e relatar eventuais desvios; (ii) informar endividamento, bem como os instrumentos de dívida correspondentes; (iii) informar sobre a oneração de bens; e (iv) acompanhar os instrumentos de gestão de riscos.

O Departamento de Gestão de Riscos reporta-se ao Diretor Financeiro, sendo responsável por calcular, mensurar, analisar e monitorar a exposição, emitindo relatórios diários, permitindo a tomada de ações corretivas eventualmente necessárias. É responsável também por monitorar o atendimento das políticas de gerenciamento de riscos.

25.1 Risco de mercado

A estratégia de Gerenciamento de Risco de mercado é realizada através da Controladora da Companhia.

A Companhia está exposta principalmente aos riscos relacionados à variação do câmbio, das taxas de juros e dos preços das commodities agrícolas. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, a Companhia utiliza uma variedade de instrumentos financeiros derivativos, que inclui:

- Contratos a termo, opções e futuros de câmbio para proteger itens de valor justo e fluxo de caixa contra a variação cambial;
- Contratos futuros de juros para complementar a proteção dos itens mencionados;
- Contratos de swap de juros para mitigar o risco de variação da taxa Libor;
- Contratos a termo, opções e futuros de commodities para proteção de operações de estoque e entrega futura de commodities agrícolas.

Os parâmetros utilizados pela Controladora para o gerenciamento desses riscos estão fundamentados em ferramentas de monitoramento da estratégia de hedge, tais como a análise de sensibilidade, testes de estresse e escala de hedge, que visam proteger o valor futuro das vendas de açúcar e etanol, incluindo o impacto da taxa de câmbio, bem como a exposição da taxa de juros.

25.1.1 Gestão de risco cambial

A estratégia de Gerenciamento de Risco cambial é realizada através da Controladora da Companhia.

Devido ao fato de a moeda funcional da Companhia ser o real (R\$), as operações denominadas em moeda estrangeira estão expostas ao risco de flutuação cambial. As posições cambiais são todas administradas dentro dos parâmetros da Política Financeira e de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de setembro de 2013. A Companhia opera com instrumentos derivativos de moedas objetivando reduzir a variabilidade de seu resultado ocasionada pela existência de fluxos líquidos em dólar norte-americano oriundos de exportações, custos e dívidas.

A Companhia opera com instrumentos derivativos de taxas de juros negociados na BM&FBOVESPA (contratos futuros “DI de um dia”), objetivando complementar o hedge de taxas de câmbio realizado através de contratos cambiais (instrumentos financeiros de dólar futuro (DOL) e contratos futuros de cupom cambial (DDI)). O uso consolidado de tais contratos futuros visa proporcionar efeitos similares ao de um único contrato de dólar futuro. Essa estratégia é empregada na Companhia sem alavancagem. Ela é necessária porque o contrato de dólar futuro negociado isoladamente não apresenta liquidez significativa para prazos acima de três meses e, portanto, não poderia atender às necessidades de hedge cambial da Companhia.

Essa prática é regulamentada pela BM&FBOVESPA e amplamente disseminada entre os participantes do mercado de futuros financeiros no Brasil há mais de uma década.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25.1.2 Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos de taxas de juros Libor para proteção contra flutuações. Esses contratos são negociados no mercado de balcão brasileiro, tendo bancos de baixo risco como contraparte registrada na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, conforme a legislação vigente.

A Companhia apresentava instrumentos de swap Libor com recebimento de taxa de juros Libor e pagamento de taxas prefixadas. O quadro a seguir relaciona os instrumentos derivativos utilizados para proteção do risco de taxa de juros Libor e os resultados obtidos:

	Controladora e Consolidado							
	Taxa prefixada média contratada -%		Valor nominal					
			Moeda estrangeira		Moeda do País (*)		Valor justo	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Hedge Accounting								
Posição em aberto:								
Menos de 1 ano	3,15%	3,15%	295.802	335.768	1.052.728	1.077.144	(21.693)	(26.347)
De 1 a 2 anos	3,15%	3,15%	255.835	295.802	910.491	948.931	(16.970)	(19.736)
De 2 a 5 anos	3,15%	3,15%	215.868	255.835	768.254	820.718	(26.690)	(23.768)
Mais de 5 anos	3,15%	3,15%	95.968	135.935	341.542	436.079	(4.008)	(5.226)
							(69.361)	(75.077)

(*) Conversão para simples conveniência.

25.2 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado através da análise criteriosa da carteira de clientes, da determinação de limites de crédito e do acompanhamento permanente das posições em aberto. Em conformidade com a política de crédito da Companhia e utilizando uma metodologia de mensuração de risco, a Companhia aplicou técnicas de *balanced scorecard*. A Companhia adota mecanismos de proteção, tais como fianças, avais e garantias reais, para mitigar potenciais exposições de crédito. Historicamente, a Companhia não possui perdas significativas no recebimento de clientes

25.3 Risco de liquidez

A Companhia opera com um nível de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com bom relacionamento com os principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país ou no exterior, assim como com a possibilidade de obter financiamentos com a sua controladora. Além disso, os produtos fabricados pela Companhia possuem alto grau de liquidez e podem ser facilmente comercializados, transformando-se em disponibilidades de caixa ou podendo ser oferecidos como lastro em operações financeiras. Adicionalmente, parte dos investimentos, principalmente aqueles relacionados ao canavial, serão realizados na safra seguinte e podem ser suportados por financiamentos de curto prazo. Dessa forma, a Companhia e seus credores acordaram que 30% do valor do ativo biológico, para fins de análise de liquidez, deve ser classificado como ativo circulante.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25.3.1 Liquidez e tabelas de juros

Os quadros a seguir demonstram em detalhes o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros do Grupo:

	Controladora					
	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de março de 2016:						
Empréstimos e financiamentos	101.892	323.203	187.125	2.104.724	671.614	3.388.558
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21.693	42.477	5.191	69.361
Fornecedores	310.196	31.951	39.973	592	-	382.712
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	8.789	16.605	27.847	-	-	53.241
Impostos e contribuições a recolher	27.851	-	-	-	-	27.851
Outras obrigações	61.501	3.647	4.686	40.345	-	110.179
	510.229	375.406	281.324	2.188.138	676.805	4.031.902
31 de março de 2015:						
Empréstimos e financiamentos	10.617	240.980	357.876	1.261.122	1.559.657	3.430.252
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.347	48.730	-	75.077
Fornecedores	341.397	10.665	6.825	-	-	358.887
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	4.522	1.965	35.220	-	-	41.707
Impostos e contribuições a recolher	19.769	488	15.913	-	-	36.170
Outras obrigações	52.915	2.143	58.416	154.788	3.631	271.893
	429.220	256.241	500.597	1.464.640	1.563.288	4.213.986
Consolidado						
	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de março de 2016:						
Empréstimos e financiamentos	101.892	323.203	187.125	2.104.724	671.614	3.388.558
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21.693	42.477	5.191	69.361
Fornecedores	310.196	31.951	40.192	592	-	382.931
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	8.790	16.605	27.847	-	-	53.242
Impostos e contribuições a recolher	27.851	-	1.808	-	-	29.659
Outras obrigações	61.501	3.647	13.222	50.886	-	129.256
	510.230	375.406	291.887	2.198.679	676.805	4.053.007
31 de março de 2015:						
Empréstimos e financiamentos	10.617	240.980	357.876	1.261.122	1.559.657	3.430.252
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.347	48.730	-	75.077
Fornecedores	341.398	15.996	6.803	-	-	364.197
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	4.522	1.966	35.220	-	-	41.708
Impostos e contribuições a recolher	19.768	488	17.805	-	-	38.061
Outras obrigações	52.915	2.143	66.733	182.774	3.631	308.196
	429.220	261.573	510.784	1.492.626	1.563.288	4.257.491

25.4 Risco de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com o objetivo de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas. A Companhia monitora o capital por meio da análise de índices de alavancagem financeira que correspondem à razão da dívida líquida ajustada pelo LAJIDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos), subtraído dos montantes de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e estoques de alta liquidez (etanol, açúcar, provisão para margem negativa dos estoques).

A Companhia adiciona os contratos de swap Libor (vide nota explicativa número 25.1.2) na dívida líquida ajustada para fins de análise de risco de capital.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e/ou sua gestão de dívida.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25.5 Categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelo valor contratual, que, dados o curto prazo e as características dos instrumentos, se aproxima do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos, especificamente, estão registrados ao valor de mercado com base nas informações de mercado e/ou metodologias de avaliação apropriadas para cada instrumento financeiro. As metodologias empregadas constituem prática comum de avaliação de valor justo no mercado financeiro.

O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá resultar em valores diferentes dos registrados no montante da realização do instrumento financeiro.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	824.271	845.184	853.364	871.527
Investimentos mantidos até o vencimento (nota 4)	74.315	68.122	74.315	68.122
Outros ativos financeiros	829.255	493.907	845.889	514.876
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos designados como "hedge accounting" (nota 25.1)	69.361	75.077	69.361	75.077
Outros passivos financeiros (*)	3.962.542	4.138.909	3.983.648	4.182.415

(*) Em 31 de março de 2016, o saldo de outros passivos financeiros é composto basicamente por empréstimos e financiamentos, no montante de R\$3.388.558 (R\$3.430.252 em 31 de março de 2015) na controladora e no consolidado.

25.6 Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo em uma transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 40 (R1)/IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O pronunciamento técnico CPC 40 (R1)/IFRS 7 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços são cotados (não ajustados).

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente, ou seja, como preços, ou indiretamente, ou seja, com base em preços.

- Nível 3 - informações indisponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação, conforme requerimentos do pronunciamento técnico CPC 40 (R1)/IFRS 7, em 31 de março de 2016, são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	
	Nível 2	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Passivos financeiros derivativos	69.361	69.361
	69.361	69.361
	31.03.15	
	Nível 2	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Passivos financeiros derivativos	75.077	75.077
	75.077	75.077

25.7 Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos com aplicação da contabilidade de hedge

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, a não ser que o derivativo tenha sido designado sob as normas da contabilidade de hedge (*hedge accounting*), visto que um instrumento financeiro derivativo se qualifica para contabilidade de hedge apenas se todas as condições do pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 forem satisfeitas. A adoção da contabilidade de hedge é opcional e tem por objetivo reconhecer o resultado de derivativos apenas no momento da realização do item de hedge respeitando o princípio da competência e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade no resultado referente à marcação a mercado dos derivativos.

A Companhia aplica contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

Os instrumentos derivativos designados para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) da Companhia são operações de swap de taxa de juros Libor, contratadas para mitigar os efeitos da oscilação da taxa de juros das dívidas de longo prazo, futuros de açúcar e termos de moeda (NDF) que protegem vendas futuras, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa de transações previstas altamente prováveis (pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39, item 78 b).

Conforme previsto no item 72 do CPC 38/IAS 39, a Companhia também optou pela utilização de instrumentos financeiros não derivativos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), designando as dívidas de exportação para cobertura de risco cambial (hedge natural), que protegem exportações futuras e são classificadas como hedge de fluxo de caixa.

A parcela efetiva dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para contabilidade de hedge para proteção de vendas futuras é registrada no balanço patrimonial na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, e registrados no resultado, na rubrica "Receita líquida", no momento do reconhecimento da venda coberta. A parcela inefetiva é registrada no resultado do período em que ocorre.

25.8 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade ao fator de risco apresentado, com base em variações no fator de risco consideradas razoavelmente possíveis de ocorrer pela Administração (cenário provável).

O cenário provável é obtido a partir das curvas de mercado futuro de dólar, açúcar e etanol (base 31 de março de 2016) e das expectativas do Grupo para as variáveis em questão dentro de um período de 12 meses.

De acordo com o exigido pela Instrução CVM nº 475/2008, apresenta-se também a análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros para mais dois cenários, nos quais as condições de mercado são deterioradas em 25% e 50% (as opções de etanol e de açúcar estão incluídas nos cálculos como delta equivalente em contratos futuros).

Biosev Bioenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos apresentados objetivam proteção contra os riscos decorrentes de fluxos de caixa futuros. Os instrumentos financeiros não derivativos não devem ser considerados como exposição cambial líquida de balanço da Companhia, uma vez que a tabela a seguir não considera o ativo biológico, por não ser um instrumento financeiro, mas que é utilizado na produção de açúcar e etanol para exportação futura. Vide notas explicativas números 12 e 25.7.

Controladora e Consolidado					
		Impactos no Valor Justo			
Valor Nocional		Fator de Risco	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Moeda estrangeira					
Efeito no Resultado					
Risco Cambial					
<u>Não-derivativos</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	199.273	Queda do US\$	(147.441)	(177.298)	(354.597)
Contas a receber	34.242	Queda do US\$	(25.335)	(30.466)	(60.932)
Adiantamentos de fornecedores	15.219	Alta do US\$	(11.260)	(13.541)	(27.081)
Fornecedores	(21.742)	Alta do US\$	(16.086)	(19.344)	(38.688)
Adiantamentos de clientes no exterior	(583.757)	Alta do US\$	(431.919)	(519.383)	(1.038.766)
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	(97.694)	Alta do US\$	(72.283)	(86.920)	(173.841)
Efeito no Patrimônio Líquido					
Risco Cambial					
<u>Não-derivativos</u>					
Hedge Accounting de variação cambial	(654.462)	Alta do US\$	(484.233)	(582.291)	(1.164.583)
Risco de Taxa de Juros					
<u>Derivativos</u>					
Hedge Accounting de sw ap libor	295.802	Queda da taxa de juros libor	(5.215)	(10.435)	(20.887)

26. SEGUROS

Em 31 de março de 2016, a Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para bens do ativo imobilizado e para estoques de açúcar e etanol, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O montante consolidado pela Companhia investido no plano de previdência privada é de R\$854, no exercício findo em 31 de março de 2016 (R\$735 no exercício findo em 31 de março de 2015) registrado na rubrica "Despesas gerais, administrativas e de vendas". Pela característica e desenho do plano, a Companhia não sofre nenhuma obrigação futura decorrente de benefício pós-emprego ou atuarial.

A Companhia tem registrado um passivo referente a valores diferidos de remuneração variável que devem ser pagos à alguns funcionários no montante de R\$3.042 em 31 de março de 2016 e (R\$3.118 em 31 de março de 2015).

28. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Transferência de depreciação e amortização para estoques	(128.944)	(20.152)	(128.818)	(20.026)
Transferência do Ativo Biológico para Imobilizado	50.267	-	50.267	-
Realização de reserva de reavaliação	(913)	(913)	(913)	(913)
Aquisição de Imobilizados financiados	-	3.801	-	3.801

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia no dia 1 de junho de 2016.